

# Balanço Aduaneiro 2023

## Janeiro a Dezembro

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	3
I. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO .....	4
II. REMESSAS INTERNACIONAIS.....	12
III. CONTROLE DE BENS E VIAJANTES .....	18
IV. PROGRAMA OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO .....	21
V. GERENCIAMENTO DE RISCOS ADUANEIROS.....	29
VI. AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA.....	33
VII. VIGILÂNCIA E REPRESSÃO .....	37

## INTRODUÇÃO

O Balanço Aduaneiro é publicado anualmente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e apresenta as principais realizações e resultados da Aduana Brasileira para o período.

O ano de 2023 foi desafiador, não apenas por conta do incremento nos volumes de comércio exterior brasileiro, mas também em razão dos movimentos reivindicatórios de parte do corpo funcional da Receita Federal, que afetaram as atividades de fiscalização e desembaraço de cargas nos postos de fronteiras e nos principais portos e aeroportos do país. Apesar desse cenário adverso, foi possível alcançar muitos resultados positivos, demonstrados agora pelo Balanço Aduaneiro 2023.

As informações estão organizadas de acordo com os principais temas aduaneiros, incluindo importação e exportação, remessas internacionais, controle de bens e viajantes, Programa Operador Econômico Autorizado (OEA), gerenciamento de riscos, auditoria e fiscalização, e vigilância e repressão.

## I. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

### Volume de comércio

No período de janeiro a dezembro de 2023, as exportações brasileiras atingiram o **montante de US\$ 359,41 bilhões**. No ano anterior, as exportações somaram US\$ 355,09 bilhões no mesmo período. Houve, portanto, **um aumento de aproximadamente 1,22%**.

Com relação às importações, estas somaram **US\$ 280,942 bilhões** no período de janeiro a dezembro de 2023. No mesmo período do ano anterior, as importações atingiram o patamar de US\$ 313,685 bilhões. Houve **uma redução de aproximadamente 10,44%**.

Esses montantes de importação e exportação foram formalizados em **4.544.620** de declarações de operações de comércio exterior, **sendo 2.567.205 declarações (DI) e 2.045.581 declarações únicas de exportação (DU-E)**.

A comparação com o mesmo período em 2022 registra uma redução de 0,70% na quantidade de operações de importação e de 2,63% na quantidade das operações de exportação. Analisando apenas os despachos de DI e DU-E dos últimos dois anos, temos as quantidades abaixo:

Quantidades de Importações e Exportações			
Nº de despachos	DI	DU-E	Total
2022	2.585.378	2.100.885	4.686.263
2023	2.567.205	2.045.581	4.612.786
<b>Varição</b>	<b>-0,70%</b>	<b>-2,63%</b>	<b>-1,57%</b>

Fonte: IMPORTAÇÃO: DW Aduaneiro, extraídos em 16/01/2024. EXPORTAÇÃO: Receita DATA, extraídos em 17/01/2024.

Em relação aos dados das declarações simplificadas de importação (DSI), temos as seguintes quantidades de registros, em seus respectivos anos:

Nº de registros	DSI
<b>2022</b>	8.546
<b>2023</b>	7.653
<b>Varição</b>	<b>-10,45%</b>

Fonte: DW ADUANEIRO, extraídos em 16/01/2024

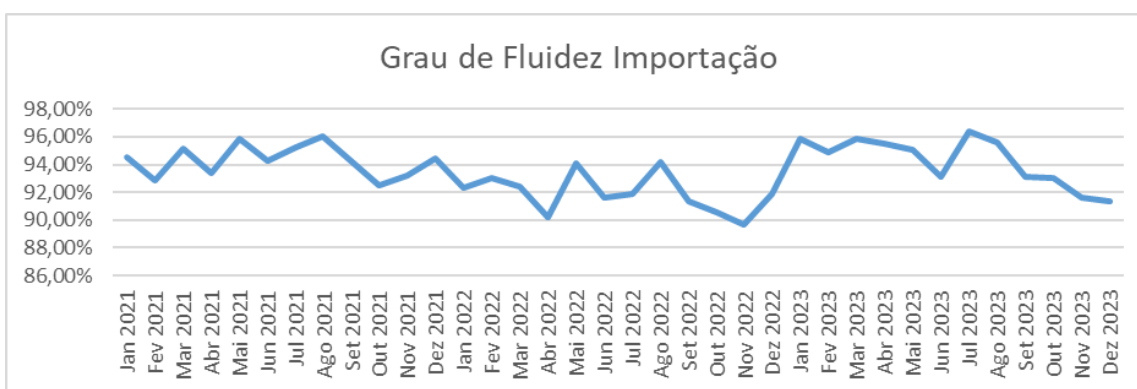
## Fluidez no Comércio Exterior

**IMPORTAÇÃO** – O Grau de Fluidez na Importação é o indicador que considera o total de declarações de importação na modalidade Normal **desembaraçadas em menos de 24 horas** sobre o total de declarações registradas. Os dados dos três últimos anos constam no quadro a seguir.

Grau de fluidez na importação 2021	Grau de fluidez na importação 2022	Grau de fluidez na importação 2023	Varição 2022x2021	Varição 2023x2022
94,32%	91,95%	94,29%	-2,37%	2,34%

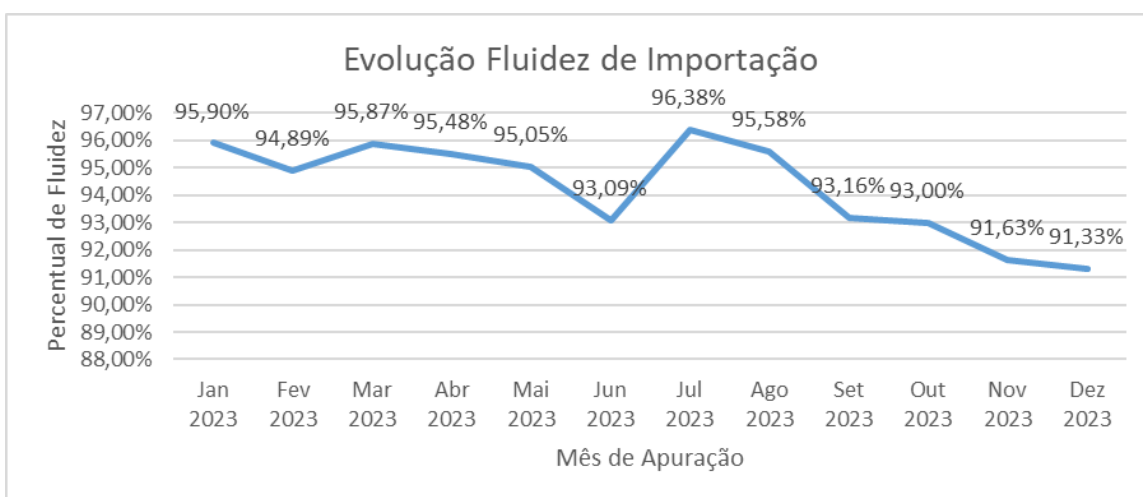
Fonte: DW ADUANEIRO, extraídos em 17/01/2024.

O Gráfico abaixo mostra a evolução da fluidez na importação por mês, de janeiro de 2021 a dezembro de 2023:



Fonte: DW ADUANEIRO, extraídos em 07/01/2024.

O Gráfico abaixo mostra a evolução da fluidez na importação por mês no ano de 2023:



Fonte: DW ADUANEIRO, extraídos em 17/01/2024.

## Tempos no despacho aduaneiro

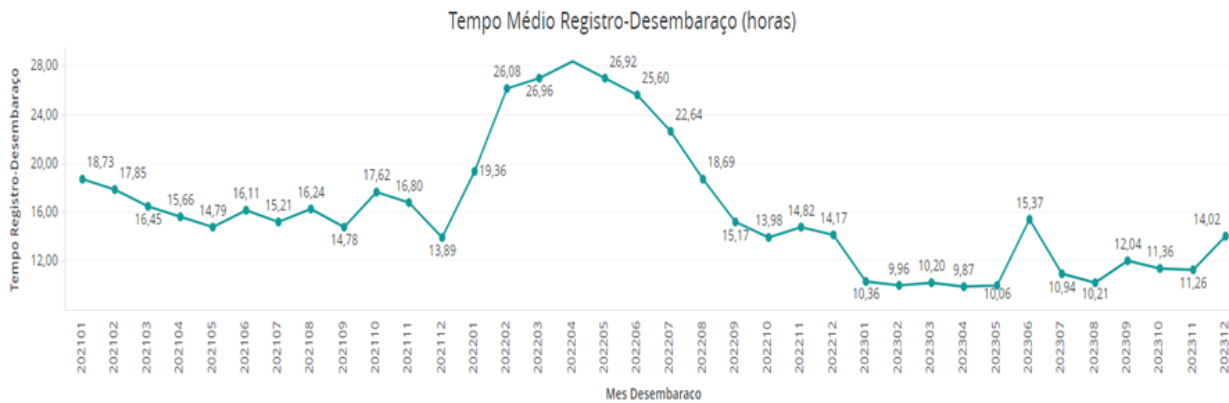
**IMPORTAÇÃO** – O tempo médio bruto no despacho de importação, indicador que computa o tempo decorrido entre o registro da declaração até o seu desembaraço<sup>1</sup>, foi em média de **11,30 horas**, no ano de 2023.

Este tempo foi **49,23% menor** que o tempo médio bruto total no mesmo período de 2022(22,25 horas) e **26,26% menor** que o tempo bruto total no mesmo período de 2021 (15,32 horas).

Tempo Médio Bruto no Despacho de Importação em horas		
2021	2022	2023
15,3196	22,2491	11,2962

Fonte: Receita Data, extraídos em 17/01/2024.

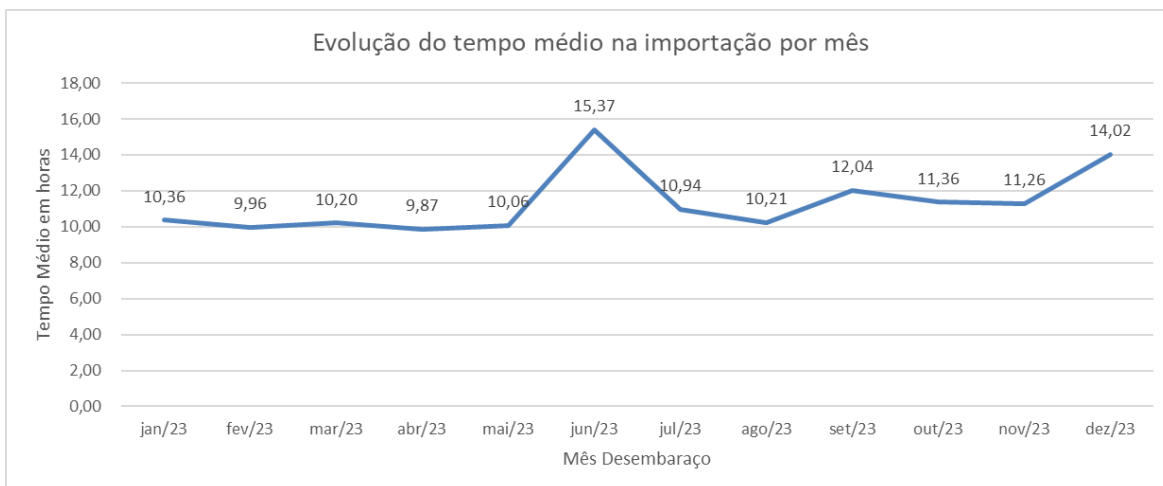
O gráfico abaixo mostra a evolução do tempo médio na importação entre 2021 e 2023.



Fonte: Receita Data, extraídos em 17/01/2024.

O gráfico abaixo mostra a evolução do tempo médio na importação por mês no ano de 2023:

<sup>1</sup> Para o cálculo do tempo médio na importação foram adotados os seguintes critérios: exclusão do canal cinza, exclusão das DI cujo prazo de desembaraço ultrapassam 180 dias, somente considera as DI desembaraçadas, excluídas as canceladas ou inválidas.



Fonte: Receita Data, extraídos em 17/01/2024

Seguindo a tendência apresentada anteriormente, os tempos (em horas) de despacho de importação por via de transporte apresentou uma redução nos três principais modais, como se verifica na imagem a seguir:

Tempo médio por modal no Despacho de Importação em horas				
MODAL	2020	2021	2022	2023
<b>AÉREO</b>	12,12	8,86	17,14	<b>10,88</b>
<b>MARÍTIMO</b>	23,62	20,89	28,54	<b>20,84</b>
<b>TERRESTRE</b>	6,06	6,13	11,80	<b>8,13</b>

Fonte: Receita Data, extraídos em 18/01/2024 - Ano de desembaraço, exceto DI canceladas; Via de Transporte terrestre = Rodoviária; Todos os canais.

**EXPORTAÇÃO** - O tempo médio bruto no despacho de exportação computa o tempo (em dias) decorrido entre o evento de Apresentação da Carga para Despacho (ACD)<sup>2</sup> até o embarque da carga. Houve uma **redução de 11,82%** neste tempo<sup>3</sup> em relação a 2022. Por modal, houve **redução de 12,7% no aéreo, 9,9% no marítimo e 32,9% no terrestre**.

MODAL	2020	2021	2022	2023
<b>AÉREO</b>	2,85	2,88	2,29	<b>2,00</b>
<b>MARÍTIMO</b>	7,10	7,37	9,02	<b>8,13</b>
<b>TERRESTRE</b>	0,77	0,79	0,76	<b>0,51</b>
<b>GERAL</b>	4,92	5,45	5,16	<b>4,55</b>

Fonte: Receita Data, extraídos em 17/01/2024

A tabela abaixo apresenta a diferença de tempo (em dias) entre a etapa da ACD até o desembaraço e a do desembaraço até o embarque para as exportações realizadas

<sup>2</sup> O evento de Apresentação de Carga para o Despacho acontece quando toda a carga tenha sido recepcionada em recinto aduaneiro e a declaração já tenha sido registrada.

<sup>3</sup> A metodologia estatística utilizada na apuração dos tempos da exportação em 2020 e 2021 foi diferente dos anos anteriores. A metodologia foi evoluída e plenamente aprimorada a partir de 2022, utilizando a mesma técnica do *Time Release Study*.

em 2023 sem situação especial de despacho<sup>4</sup>. As operações consideradas totalizam 1.834.857 declarações, representando 92,79% das exportações.

MODAL	ACD até desembaraço	Desembaraço até embarque
AÉREO	0,21	15,91
MARÍTIMO	0,09	4,61
TERRESTRE	0,04	0,47
GERAL	0,13	1,68

Fonte: Receita Data, extraídos em 17/01/2024

## Aprimoramento do controle aduaneiro

### Importação

Em 2023, a Aduana promoveu diversas melhorias no processo de importação de mercadorias, destacando-se as seguintes ações:

- Alteração da Portaria Coana nº 5, de 24 de fevereiro de 2021, com o intuito de ampliar a celeridade na análise dos requerimentos de simplificação de trânsitos aduaneiros, sem prejuízo ao controle aduaneiro do regime;
- Publicação da IN RFB Nº 2143, de 13 de junho de 2023, que trata do controle aduaneiro informatizado da movimentação de veículos e cargas nos aeroportos alfandegados, tendo em vista o novo sistema de Controle de Carga e Trânsito na Importação (CCT Importação), no modal aéreo, no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior (Pucomex). O CCT Importação representa um grande avanço para o controle aduaneiro, simplificando a prestação das informações à fiscalização aduaneira pelas empresas aéreas e agentes de carga;
- Atualizações pontuais nos sistemas Carga, Mercante e Siscomex-DI para correção de erros ou adaptações legislativas.

### DSI Embaixadas

Atualmente, a importação de mercadorias pelas embaixadas é feita por meio da DSI formulário original (em papel), sendo exigida a assinatura do Ministério das Relações Exteriores em tal documento, o que acaba por gerar um trâmite moroso para o desembaraço das mercadorias importadas.

Com o intuito de agilizar o procedimento de importação de mercadorias para as embaixadas, foi iniciado um projeto-piloto com as mercadorias importadas pela Embaixada dos Estados Unidos da América, na Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília. No piloto, os documentos necessários ao desembaraço aduaneiro são juntados em formato digital a um dossiê, por meio da funcionalidade “Anexação de Documentos” do Portal Único de Comércio Exterior, e autenticados via certificado digital. O projeto-piloto foi regulamentado pela Portaria Coana nº 85, de 15 de julho de 2022.

---

<sup>4</sup> Ou seja, foram excluídas as operações de embarque antecipado e as declarações a posteriori.



Tendo em vista a execução bem-sucedida da fase inaugural do projeto, este foi ampliado em 2023 de modo a incluir as repartições consulares dos EUA localizadas no Rio de Janeiro, em Recife, em Porto Alegre e em São Paulo. Para esse fim, foi publicada a Portaria Coana nº 123, de 10 de maio de 2023, que alterou a Portaria Coana nº 85, de 2022. Há previsão para implantação do novo procedimento de importação para todas as missões diplomáticas e repartições consulares do Brasil em 2024.

## **Exportação**

Em 2023 foi realizado o primeiro estudo de tempos de liberação de cargas com metodologia da Organização Mundial das Aduanas.

### Time Release Study - Exportação

Foi publicado o Time Release Study, primeiro Estudo de Tempos de Liberação de Cargas focado nas exportações brasileiras. Dentre os resultados encontrados, merecem destaque:

- A seleção, em regra, é para o canal verde, com 88,9% das DU-Es;
- Apenas 19% das exportações são realizadas por empresas certificadas OEA;
- A via de transporte marítima é a mais utilizada, com 46,9% das operações;
- Cerca de 85% de todo o tempo para se exportar é consumido na etapa entre o desembarço e o embarque, e significa que a logística é o ponto crucial do processo quando se pensa em redução de tempos significativa;
- A apresentação da carga para despacho, sob a responsabilidade do exportador, consumiu cerca de 12% do tempo total de exportação;
- A participação dos órgãos públicos nos tempos de exportação é pequena, cerca de 3% do total.

O estudo completo está disponível no site:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/time-release-study-trs/trs-exportacao>.

## **Programa Portal Único de Comércio Exterior**

Dentre as diversas entregas realizadas no ano de 2023, merece destaque a entrada em produção do novo Controle de Carga e Trânsito para as importações (CCT Importações).

Fruto de uma parceria entre o Ministério da Fazenda e o de Portos e Aeroportos, o CCT Importação foi implantado no dia 2 de agosto em todos os aeroportos internacionais brasileiros, em substituição ao Sistema Integrado de Gerência do Manifesto, do Trânsito e do Armazenamento (Mantra), em operação há 30 anos.

Por ser uma das diretrizes do Programa, a construção do **CCT Importação — modal aéreo** contou com consultas e participações de diversos órgãos e entidades do Governo Federal e de representantes do setor privado.

Com o novo sistema, o trâmite das cargas aéreas internacionais que chegam ao Brasil passou a ocorrer completamente por meio de documentos digitais, em padrões

internacionais sob o regramento da Associação Internacional de Transportes Aéreos, a IATA (International Air Transport Association). Inclusive, a implantação ganhou destaque internacional, sendo divulgada pela própria IATA:

[https://www.linkedin.com/posts/danyoliveira\\_brasil-economizar%C3%A1-at%C3%A9-us-2-bilh%C3%B5es-nos-activity-7102376374752964608-UOe0?utm\\_source=share&utm\\_medium=member\\_ios](https://www.linkedin.com/posts/danyoliveira_brasil-economizar%C3%A1-at%C3%A9-us-2-bilh%C3%B5es-nos-activity-7102376374752964608-UOe0?utm_source=share&utm_medium=member_ios)

A agilidade do novo sistema pôde ser notada já na primeira carga entregue no novo fluxo. Registrada em Guarulhos, a primeira Declaração de Importação entregue no novo sistema teve a chegada de carga registrada às 7h28 e foi entregue ao importador, desembaraçada, às 12h22.

Outras importantes entregas do ano, especialmente no contexto do Novo Processo de Importação, foram a disponibilização, ainda em agosto, da **admissão em Regimes Aduaneiros Especiais** por meio da nova declaração de importação, a Duimp. Apenas o regime especial de Drawback que ficou pendente para disponibilização via Duimp ao final do ano.

O importador também passou a poder registrar a Duimp para cargas depositadas em recintos de zona secundária e que sofreram trânsito aduaneiro, desde que importadas pelo modal aquaviário e por pessoa jurídica com habilitação para operar no comércio exterior na modalidade ilimitada.

As novas evoluções ampliaram consideravelmente a capacidade operacional do Novo Processo de Importação no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior, permitindo que se processe aproximadamente 60% das importações brasileiras por meio da nova declaração de importação, já com o canal único de atuação entre a RFB, a Anvisa e o Vigiagro.

Inclusive, o canal único da Duimp foi testado com êxito em operações realizadas junto com o Vigiagro ao longo do segundo semestre, em que a RFB e o Vigiagro atuaram em coordenação sobre a mesma declaração e de forma paralela, garantindo muito mais eficiência à operação.

Com o desenvolvimento realizado ao longo do segundo semestre, o Drawback estará disponível, e serão alcançadas 70% das operações de importação já passíveis de registro por meio da Duimp.

## **Alfandegamento**

Aperfeiçoamento normativo.

Dando continuidade às adequações normativas que regem o alfandegamento de locais ou recintos, a Receita Federal promoveu, em 2023, o aperfeiçoamento das portarias que regulamentam a temática.

Dentre as alterações, fruto de discussões com entidades representativas do setor e as unidades locais da RFB, destacam-se a permissão de autenticação biométrica para acesso ao local ou recinto alfandegado como alternativa ao crachá e a padronização de

procedimentos para obtenção e registro das taras dos veículos de transporte rodoviários nos sistemas informatizados de controle aduaneiro (SICA).

Visando operacionalizar o tratamento prioritário das cargas dos Operadores Econômicos Autorizados (OEA), foram alterados dispositivos normativos para permitir que o titular da unidade da RFB de jurisdição sobre o local ou recinto possa estabelecer ato administrativo para sua operacionalização e avaliar a efetividade do referido tratamento prioritário.

Ainda, com o objetivo de dar agilidade ao embarque e desembarque de passageiros de navios de cruzeiro sem prejuízo do controle aduaneiro, promoveu-se alteração normativa para permitir que a fiscalização dos viajantes ocorra a bordo de embarcação atracada ou fundeada em porto organizado ou em instalação portuária alfandegada.

## **API Recintos**

Aumento da conformidade.

A ferramenta chamada “API Recintos” tem por objetivo consolidar e disponibilizar para a Receita Federal as informações de acesso e movimentação de pessoas, veículos e cargas, inclusive imagens, proporcionando maior segurança para o local e recinto e maior controle por parte das equipes aduaneiras de gestão de risco, vigilância e repressão, e de controle em zona primária.

Durante 2023 a RFB promoveu ações visando o aumento da conformidade por parte dos recintos, destacam-se eventos presenciais em Fortaleza/CE e Santos/SP que contaram com a participação de centenas de representantes do setor privado e o Webdialogue API Recintos, no qual mais de 600 pessoas participaram virtualmente com perguntas e dúvidas que foram respondidas por representantes da RFB.

Desde sua implantação em produção, ocorrida em novembro de 2022, centenas de recintos alfandegados se integraram definitivamente à ferramenta, representando 95% do total das operações de importação e exportação e alcançando 270 milhões de eventos já transmitidos através da API até o dia 31/12/2023.

A ampla utilização do sistema inaugura um novo paradigma aplicável ao controle aduaneiro dos recintos alfandegados, que busca simplificar a prestação de informações e relatórios; eliminar a realização de auditorias anuais e obrigatórias em sistemas por empresas de perícias; e simplificar e atualizar a infraestrutura e equipamentos requeridos para o controle.

Além disso, com a entrada em operação do novo sistema de controle de carga e trânsito (CCT-Importação) eventos enviados à API recintos passaram a ser efetivamente utilizados nas operações, o que proporciona maior segurança e agilidade no processamento de exportações e de importações e reduz os custos operativos para os intervenientes privados.

## II. REMESSAS INTERNACIONAIS

### Conceito

Remessa Internacional é o conceito que engloba os volumes relativos a encomendas, pacotes, presentes, correspondências, documentos ou bens que chegam ou saem do País transportados por **Empresas de Courier**<sup>5</sup> ou pelos **Correios**<sup>6</sup>.

O Brasil possui apenas um operador postal, que são os Correios (ECT), e 43 empresas de courier habilitadas pela RFB a operar, conforme dados de dezembro de 2023. Para acessar a lista atualizada, acesse o link:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/manuais/remessas-postal-e-expressa/empresas-autorizadas-a-operar-na-modalidade-remessa-expressa>.

### Panorama geral

A modalidade de remessa expressa ainda é mais comumente utilizada por pessoas jurídicas, que buscam rapidez e agilidade em suas importações, para envios e recebimentos de documentos urgentes e bens. Essa modalidade é utilizada por pessoas físicas em *e-commerce*, porém em menor

grau tendo em vista o maior custo do frete e de outras despesas cobradas pelas empresas de courier.

A remessa postal é utilizada, principalmente, para importações por pessoas físicas, em itens de *e-commerce*, buscando preferencialmente um canal de baixo custo para realização de importações.

### Dados estatísticos

**IMPORTAÇÃO - Remessa Expressa em 2023:** **2.808.093** de volumes importados, sendo 35,60% relativos a documentos (sem incidência de tributos) e 64,40% relativos a não-documentos (bens tributáveis, imunes e isentos), em 2.008.732 de Declarações de Importação de Remessa (DIR) registradas no Siscomex Remessa, totalizando um valor FCA/FOB<sup>7</sup> de mais de US\$ 306,5 milhões.

Ressalta-se que cada DIR pode contemplar uma ou mais remessas. Por sua vez, cada remessa expressa pode ser composta por um ou mais volumes. Geralmente, os

---

<sup>5</sup> Remessa expressa internacional transportada sob responsabilidade das empresas de courier habilitadas a operar pela RFB, por via aérea, para prestação de serviço expresso e entrega porta a porta, amparada por conhecimento de carga courier.

<sup>6</sup> Remessa postal internacional transportada sob responsabilidade da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), por meio do sistema postal internacional, respeitados limites e condições da legislação postal internacional e brasileira.

<sup>7</sup> Valor FCA/FOB corresponde exclusivamente ao valor da mercadoria, sem considerar os valores do frete e do seguro.

documentos (sem incidência de tributos) são liberados em lotes, acobertados por apenas uma remessa e uma DIR, mesmo que seja para destinatários diversos.

Estatísticas Remessa Expressa Importação						
Período	2019	2020	2021	2022	2023	Varição 2023/ 2022 (%)
Total de Declarações	1.680.676	1.465.723	1.826.046	1.665.078	2.008.732	20,64%
Total de Volumes	2.693.804	2.254.781	2.640.438	2.389.949	2.808.093	17,50%
Valor FCA / FOB (US\$)	178.184.707	185.317.177	231.232.316	253.468.148	306.502.384	20,92%

Fonte: RFB (Siscomex Remessa), extração em 15/01/2024.

**Remessa Postal: 207.842.700 de volumes** importados, com um total de 57.836.548 de DIR registradas no Siscomex Remessa, sendo 20.971.321 (36,30%) com tributação do imposto de importação. O valor total FCA/FOB das remessas em DIR foi de mais de US\$ 977 milhões. Cada remessa postal corresponde a um volume.

Importante salientar que as remessas postais de importação contendo cartas, impressos, livros, jornais ou periódicos, e bens enquadráveis na isenção mencionada no inciso II do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, são desembaraçadas sem formalização de DIR no Siscomex Remessa e do respectivo despacho.

Note-se que o aumento expressivo de 1.596% no total de declarações de importação das remessas postais foi ocasionado em grande parte pela implementação do Programa Remessa Conforme, detalhada ao fim deste capítulo.

Estatísticas Remessa Postal Importação						
Período	2019	2020	2021	2022	2023	Varição 2023/ 2022 (%)
Total de Declarações	994.242	1.339.979	2.588.823	3.410.824	57.836.548	1595,68%
Total de Volumes	78.398.152	51.114.388	126.420.384	176.276.519	207.842.700	17,91%
Valor FCA / FOB (US\$)	94.851.192	95.334.366	184.743.177	245.024.214	977.435.472	298,91%

Fonte: RFB (Siscomex Remessa) e ECT (total de volumes), extração em 15/01/2024.

A título de comparação, apresenta-se o gráfico com os números das remessas internacionais no Brasil, em volumes importados pelas modalidades de remessa expressa e remessa postal nos últimos cinco anos. Em 2023, a modalidade postal seguiu na rota de crescimento, e a modalidade expressa também cresceu, revertendo a redução ocorrida em 2022.



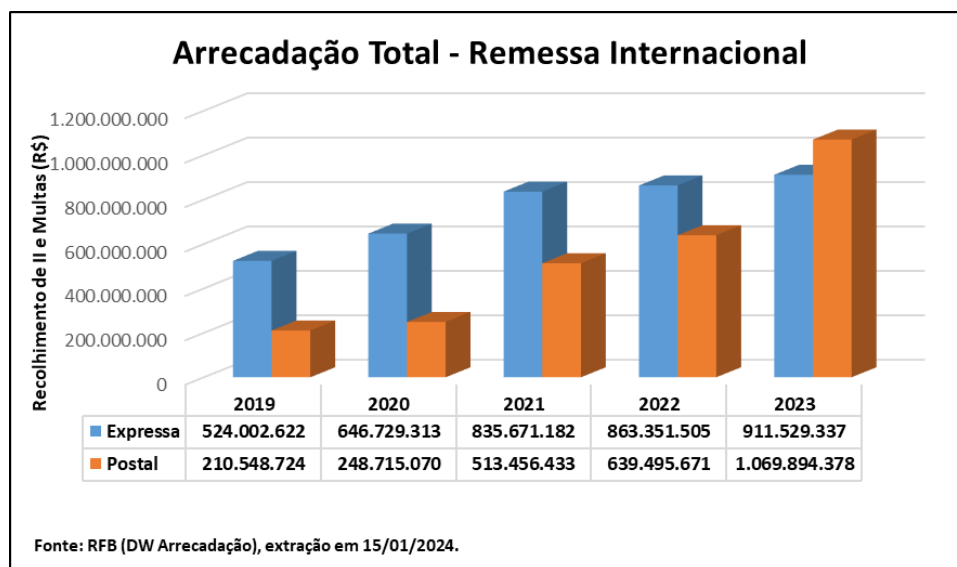
A arrecadação federal total (Imposto de Importação e multas) oriunda da tributação das **remessas expressas** importadas no ano de 2023 alcançou o valor de **R\$ 911.529.338**, o que representa um crescimento de 5,58% em relação ao ano de 2022. No âmbito da **remessa postal**, por sua vez, foi recolhido em 2023 o valor de **R\$ 1.069.894.378** em Imposto de Importação e multas, um acréscimo de 67,3%, em relação a 2022.

No total, em 2023, a arrecadação federal com as remessas internacionais foi de R\$ 1.981.423.716, um crescimento de 31,84% em relação ao valor recolhido em 2022. Os dados levam em consideração os impostos e as multas recolhidos em vista do despacho utilizando DIR registrada no Siscomex Remessa.

Arrecadação Total Remessas Internacionais (R\$)						
Período	2019	2020	2021	2022	2023	Variação 2023 / 2022 (%)
<b>Remessas Expressas</b>						
Remessa Expressa II	515.687.821	639.685.102	827.648.081	850.042.490	891.349.426	4,86%
Remessa Expressa Multas	8.314.801	7.044.211	8.023.101	13.309.015	20.179.911	51,63%
Remessa Expressa TOTAL (II + Multas)	524.002.622	646.729.313	835.671.182	863.351.505	911.529.338	5,58%
<b>Remessas Postais</b>						
Remessa Postal II	204.415.785	244.426.435	509.180.501	627.593.389	1.062.434.603	69,29%
Remessa Postal Multas	6.132.940	4.288.635	4.275.933	11.902.282	7.459.775	-37,32%
Remessa Postal TOTAL (II + Multas)	210.548.724	248.715.070	513.456.433	639.495.671	1.069.894.378	67,30%
<b>Remessas Internacionais</b>						
Remessas Internacionais Total Arrecadação (II e Multas)	734.551.346	895.444.383	1.349.127.615	1.502.847.176	1.981.423.716	31,84%

Fonte: RFB (DW Arrecadação), extração em 15/01/2024.

Para melhor visualização, apresenta-se o gráfico com o comportamento da arrecadação total (Imposto de Importação e multas) das remessas internacionais no Brasil, para as modalidades remessa expressa e remessa postal nos últimos cinco anos.



**EXPORTAÇÃO - Remessa Expressa: 3.072.462 de volumes**, totalizando um valor FCA/FOB de US\$ 135,6 milhões, exportados por meio de Declaração de Remessas de Exportação (DRE)<sup>8</sup>. Os dados apresentados na tabela abaixo incluem todas as remessas, contendo documentos ou bens.

Estatísticas Remessa Expressa Exportação						
Período	2019	2020	2021	2022	2023	Varição 2023/2022 (%)
<b>Total de Volumes</b>	<b>1.376.421</b>	<b>1.406.791</b>	<b>1.692.171</b>	<b>1.648.501</b>	<b>3.072.462</b>	<b>86,38</b>
<b>Valor FCA / FOB (US\$)</b>	<b>53.734.659</b>	<b>77.350.871</b>	<b>115.781.927</b>	<b>109.944.264</b>	<b>135.611.978</b>	<b>23,35</b>

Fonte: Empresas de courier e RFB, extração em 15/01/2024.

**Remessa Postal: 1.235.452 de remessas/volumes**, totalizando um valor FCA/FOB de US\$ 3,3 milhões, exportadas através de Lista de Remessas, em formulário. A tabela a seguir apresenta os dados das remessas contendo cartas e documentos ou bens. Cada remessa postal corresponde a um volume.

<sup>8</sup> Para remessas, expressas ou postais, com valor acima de mil dólares, o controle é efetuado por meio da Declaração Única de Exportação (DU-E), registrada no Portal Único do Comércio Exterior.

Estatísticas Remessa Postal Exportação						
Período	2019	2020	2021	2022	2023	Varição 2023/2022 (%)
Cartas / Documentos	2.208.880	1.209.963	854.914	1.005.476	894.624	-11,02
Bens	1.554.552	380.234	350.382	346.307	340.828	-1,58
Total de Remessas Postais Exportadas por formulário	3.763.432	1.590.197	1.205.296	1.351.783	1.235.452	-8,61
Valor FCA / FOB (US\$)	ND	17.994.908	27.781.362	33.011.944	3.443.107	-89,57

Fonte: ECT e RFB, extração em 15/01/2024.

A título de comparação, apresenta-se o gráfico com os números das remessas internacionais no Brasil, em volumes exportados pelas modalidades remessa expressa e remessa postal nos últimos cinco anos.



## Programa Remessa Conforme

Em 2023, a RFB intensificou a atenção para as remessas internacionais buscando enfrentar o enorme desafio de dedicar o apropriado tratamento tributário e aduaneiro ao comércio online transfronteiriço.

A legislação brasileira isenta de tributação todas as encomendas internacionais de valores até US\$ 50,00, desde que o remetente e o destinatário sejam pessoas físicas, que a encomenda seja remetida por via postal, e que não se trate de uma operação comercial. Essa é a isenção *de minimis*. Entretanto, valendo-se de vários artifícios, como, principalmente, descaracterização do remetente, subfaturamento e subvalorização aduaneira, os vendedores de várias partes do mundo conseguiram introduzir no Brasil seus produtos sem o pagamento de tributos.



Idealizou-se, então, um programa de conformidade, ao qual as empresas de comércio eletrônico, nacional ou estrangeiras, que utilizem plataformas, sites e meios digitais de intermediação de compra e venda de produtos poderiam aderir de forma



voluntária, estando sujeitas a direitos e deveres, de forma a proceder à correta arrecadação de impostos, a melhorar a qualidade das informações apresentadas à aduana e a combater a introdução em solo brasileiro de produtos contrafeitos e/ou de importação proibida.

Foi lançado então o Programa Remessa Conforme (PRC), cujas bases normativas foram publicadas no final do primeiro semestre, com início de vigência para o mês de agosto: [IN RFB nº 2146/2023 \(fazenda.gov.br\)](https://fazenda.gov.br/legislacao/IN-RFB-2146-2023) e [Port. MF nº 612/2023 \(fazenda.gov.br\)](https://fazenda.gov.br/legislacao/Port-MF-612-2023).

O programa concedeu alíquota zero de imposto de importação para as encomendas de até US\$ 50,00, mantida a tributação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). As encomendas acima de US\$ 50,00 e até US\$ 3.000,00 são tributadas a uma alíquota de 60% de imposto de importação pelo Regime de Tributação Simplificada (RTS), além do ICMS. Encomendas acima de US\$ 3.000,00 devem ser declaradas como importação comum, sujeita ao pagamento dos impostos devidos. Os governos estaduais decidiram unificar a alíquota para a tributação do ICMS em 17%.

Entre as principais obrigações estabelecidas, as plataformas devem passar a incluir no momento da operação de venda em seus sites, o valor dos impostos (federal e estadual) e repassá-los ao transportador que, por sua vez, efetiva o recolhimento à administração tributária. As plataformas também devem fornecer todas as informações da operação ao transportador, para que ele possa cumprir as obrigações acessórias, tais como o preenchimento antecipado da Declaração de Importação. São transportadores: a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (ou simplesmente Correios) e as empresas de courier devidamente habilitadas no Brasil para transporte de encomendas aéreas internacionais. No Brasil, são esses transportadores que têm a obrigação legal de realizar a declaração de importação e recolher os impostos devidos das remessas internacionais em nome do destinatário.

Um outro claro benefício gerado é a celeridade no processo de importação da encomenda. Uma vez que as informações seriam prestadas de forma antecipada, todo o desembaraço poderia ocorrer antes da chegada ao país, reduzindo-se significativamente o tempo alfandegário.

Em 2023 foram certificadas 8 (oito) plataformas de comércio eletrônico internacional que operam no Brasil. Para consultar a lista atualizada das empresas certificadas no programa, acesse o link:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/manuais/remessas-postal-e-expressa/empresas-certificadas-no-programa-remessa-conforme>

Apresenta-se abaixo a quantidade de encomendas internacionais declaradas para importação no âmbito do PRC em 2023, bem como o valor aduaneiro dessas encomendas:

Remessas Internacionais Declaradas Programa Remessa Conforme 2023	
Qtde de Declarações	Valor Aduaneiro US\$ <sup>1</sup>
37.468.711	623.744.524

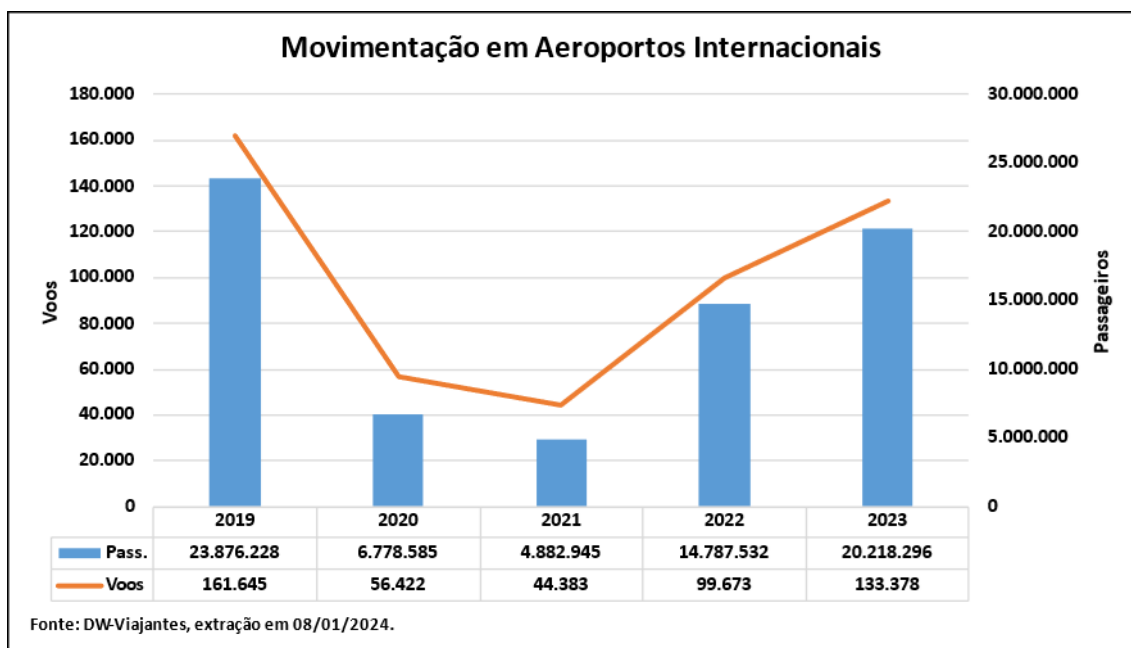
Fonte: RFB (Siscomex Remessa), extração em 15/01/2024

1- Contempla o valor dos produtos, do frete e do seguro.

### III. CONTROLE DE BENS E VIAJANTES

#### Quantitativo de viajantes

Em 2023, os aeroportos internacionais brasileiros movimentaram mais de 20 milhões de viajantes em voos internacionais de entrada e saída do Brasil.



#### Bens de viajantes

Os viajantes de voos internacionais registraram espontaneamente **19.544 declarações eletrônicas de bens de viajantes (e-DBV)** no ano de 2023, as quais representaram um valor total de mercadorias na ordem de R\$ 3,2 bilhões.

Essas declarações serviram de base para o recolhimento do crédito tributário de R\$ 28.918.979 (incluindo o Imposto de Importação e respectivas multas). No caso das ocorrências o recolhimento do crédito tributário foi no valor de R\$ 74.713.502. Registra-se que o valor do imposto pago não guarda relação diretamente proporcional com o valor total dos bens, uma vez que também são computados bens que não tiveram a incidência de tributos, seja por estarem abaixo da cota, por serem isentos ou por terem sido apreendidos.

Declarações de Bens										
Brasil todos os modais	Declarações					Ocorrências				
	Qtde.	Valor Total dos Bens	Valor do Imposto Pago	Valor da Multa Paga	Valor Total em Termos de Retenção	Qtde.	Valor Total dos Bens	Valor do Imposto Pago	Valor da Multa Paga	Valor Total em Termos de Retenção
2019	22.442	678.978.897	27.300.888	638.799	12.405.738	34.137	10.167.424.523	39.438.224	18.608.859	58.236.796
2020	7.000	1.093.774.221	10.120.889	177.790	7.686.197	9.006	830.287.485	15.372.009	7.395.629	38.708.310
2021	11.089	363.011.414	15.411.213	309.380	11.253.883	10.244	1.439.558.687	26.048.434	12.846.556	43.597.134
2022	12.787	2.617.598.920	33.657.842	747.010	12.996.276	13.319	1.061.703.536	30.332.107	14.847.332	37.800.650
2023	19.544	3.248.949.632	28.282.448	636.349	8.483.512	22.579	1.407.754.981	50.224.957	24.488.545	149.131.174

Fonte: Sistema e-DBV, extração em 11/01/2024. Valores em Reais (R\$)

Na tabela acima, o termo “Ocorrências” se refere a e-DBV registrada pela fiscalização aduaneira no caso de passageiros entrando no País portando mercadoria estrangeira em valores ou quantidades que superaram os limites para a fruição da isenção, sem apresentar a correspondente e-DBV espontaneamente. Ou seja, o viajante fez a opção indevida pelo canal “Nada a Declarar” ou declarou na e-DBV valores ou quantidades inferiores ao que efetivamente portava. Também pode ocorrer no caso em que o viajante fez a opção pelo canal “Bens a Declarar” e não havia ainda registrado a e-DBV, sendo o registro efetuado pela fiscalização. Já a retenção da mercadoria por meio dos Termos de Retenção ocorre quando os bens do passageiro possuem quantidade ou natureza que revele destinação comercial ou são de importação proibida.

Com relação à quantidade de declarações de admissão temporária, no ano de 2023 houve crescimento de 32% em relação a 2022 passando de 3.176 para 4.223 declarações registradas no sistema e-DBV<sup>9</sup>. Já o valor total dos bens (em reais) teve um aumento de 1,19% do ano de 2022 para o ano de 2023, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Declarações de Admissão Temporária			
Brasil todos os modais	Declarações		
	Qtde.	Valor Total dos Bens em Dólar	Valor Total dos Bens em Reais
2019	17.835	8.855.415.949	35.054.966.252
2020	5.231	4.024.159.698	19.787.096.027
2021	1.314	6.454.917.490	35.187.758.843
2022	3.176	14.387.720.102	74.104.026.392
2023	4.223	14.979.496.077	74.987.695.065

Fonte: Sistema e-DBV, extração em 11/01/2024.

## Porte de valores

Em relação à entrada e saída do Brasil de valores sendo portados por viajantes, ao se comparar os dados de 2023 com os dados dos anos anteriores, percebe-se redução tanto da quantidade de declarações como da quantidade de ocorrências.

<sup>9</sup> Engloba a entrada de veículos, incluindo, no modal aéreo, as aeronaves de viajantes.

DECLARAÇÃO DE PORTE DE VALORES												
Brasil	Declarações						Ocorrências					
	Entrada			Saída			Entrada			Saída		
	Qtde.	Valor Total	Valor Total em Termos de Retenção	Qtde.	Valor Total	Valor Total em Termos de Retenção	Qtde.	Valor Total	Valor Total em Termos de Retenção	Qtde.	Valor Total	Valor Total em Termos de Retenção
2019	5.590	427.945.422	52.318	6.760	299.638.200	-	566	50.638.387	5.542.286	188	6.798.593	689.678
2020	3.160	335.977.340	-	1.561	67.314.927	-	277	32.420.182	2.630.152	34	821.588	285.642
2021	4.728	818.801.713	18.500	1.680	81.870.762	-	481	78.575.759	9.870.340	43	3.303.547	532.105
2022	5.860	765.903.554	17.083	2.653	131.012.807	20.643	397	58.554.997	10.027.311	68	5.072.698	2.823.240
2023	2.540	535.043.394	58.290	286	52.788.667	112.975	260	62.122.154	1.868.429	4	1.062.560	-

Fonte: Sistema e-DBV, extração em 11/01/2024. Valores em Reais (R\$)

Essa redução, tanto nas declarações como nas ocorrências, pode ser explicada pela entrada em vigor, a partir de 30/12/2022, da nova Lei de Câmbio e Capitais Internacionais (LCCI), a Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021. Essa lei alterou a necessidade de declaração de porte de valores nos casos de entrada ou saída do Brasil, quando o montante portado pelo viajante for superior a US\$ 10.000,00 (dez mil dólares americanos) ou o equivalente em outra moeda. Sendo que anteriormente o valor era de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Cabe mencionar que o termo "Declarações" se refere ao viajante que ingressou no País, ou dele saiu, com recursos em espécie, em moeda nacional ou estrangeira, superior a R\$10.000,00 (até 2022) ou a US\$10.000,00(a partir de 2023), ou o equivalente em outra moeda, e apresentou espontaneamente a correspondente e-DBV à fiscalização aduaneira. Já o termo "Ocorrências" refere-se ao viajante que não apresentou a correspondente e-DBV ou declarou na e-DBV valor inferior ao que portava.

## IV. PROGRAMA OPERADOR ECONÔMICO AUTORIZADO

### **Confiabilidade, agilidade e segurança no comércio exterior**

O Programa Operador Econômico Autorizado (OEA) é uma iniciativa que busca fortalecer a segurança da cadeia de suprimentos internacional e estimular o cumprimento voluntário da legislação tributária e aduaneira, garantindo medidas de facilitação do comércio, especialmente com vistas a tornar mais ágil a circulação, a liberação e o despacho aduaneiro de bens.

Podem ser certificados no programa os seguintes intervenientes da cadeia de comércio exterior: importadores, exportadores, transportadores, depositários de mercadoria sob controle aduaneiro em recinto alfandegado ou em Redex, agentes de carga e operadores portuários e aeroportuários.

Os intervenientes que atendam os requisitos definidos pela Receita Federal são certificados como OEA e passam a usufruir de benefícios relacionados com a facilitação dos procedimentos aduaneiros, no país ou no exterior, e a ser monitorados pelas equipes especializadas no tema da RFB.

Dentre os benefícios oferecidos aos intervenientes certificados como OEA estão o percentual reduzido de seleção de cargas para conferência física, a prioridade de conferência para cargas selecionadas e a redução do tempo médio bruto dos despachos de importação.

Para mais informações sobre o Programa OEA, acesse:

<https://www.gov.br/receitafederal/ptbr/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/importacao-e-exportacao/oea>

### **Novos instrumentos normativos OEA**

A [IN RFB nº 2.154, de 26 de julho de 2023](#), que dispõe sobre o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado, foi publicada em substituição à IN RFB nº 1.985, de 29 de outubro de 2020. A nova IN promoveu maior alinhamento com as diretrizes da Organização Mundial das Aduanas e reforçou o incentivo ao aumento da segurança da cadeia de suprimentos e da conformidade.

Por sua vez, a [Portaria Coana nº 133, de 11 de agosto de 2023](#), que regulamenta os dispositivos contidos na IN RFB nº 2.154, de 2023, foi publicada em substituição à Portaria Coana nº 77, de 11 de novembro de 2020.

A nova IN entrou em vigor a partir de 1º de agosto de 2023, exceto em relação aos novos critérios de certificação. Já a Portaria Coana nº 133, de 2023, entrará em vigor apenas em 1º de agosto de 2024, havendo, portanto, um período de transição de um ano. O objetivo da existência desse período de transição é permitir que os intervenientes

participantes do Programa possam atender às exigências materiais da nova legislação de forma gradual e com menores custos operacionais.

Para suportar os intervenientes na adequação de seus processos internos para atender às novas normas OEA, foi desenvolvido um Novo Guia de Implementação dos Requisitos e aprimorado o antigo Perguntas & Respostas.

Acesse os Guias para Implementação dos Requisitos e o Perguntas & Respostas, disponíveis na Biblioteca OEA, site da RFB:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/importacao-e-exportacao/oea/biblioteca-do-oea/biblioteca-oea>

### Redução do percentual de seleção para canais de conferência

Na **exportação**, esse benefício é concedido aos exportadores certificados como OEA-Segurança. Em dezembro de 2023, o percentual de seleção para canais de conferência dos OEA-Segurança na exportação foi de **0,65%**, ou seja, 99,35% das declarações de exportação dos OEA foram automaticamente liberadas em canal verde.

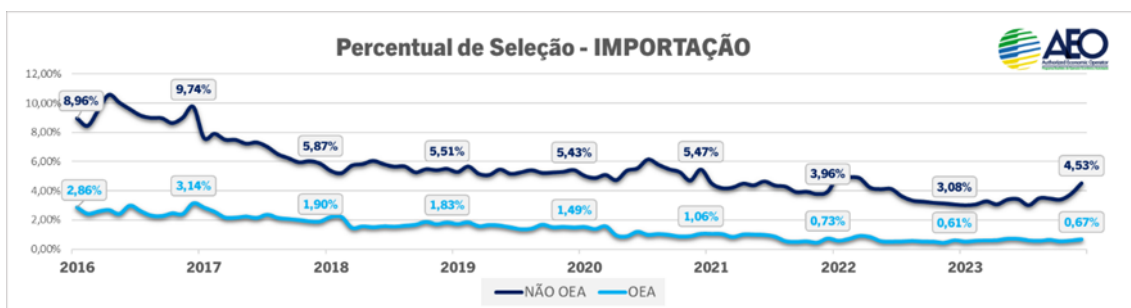
Em comparação, o percentual de seleção de cargas dos exportadores não-OEA no mesmo período foi de 1,26%. Isso significa que as cargas dos exportadores OEA são 2 (duas) vezes menos selecionadas para conferência do que as cargas de exportadores não certificados no programa.



Fonte: Receita Data, 17/01/2024.

Na **importação**, o benefício é usufruído pelos importadores certificados como OEA-Conformidade Nível 2. Em dezembro de 2023, o percentual de seleção para canais de conferência dos OEA-Conformidade na importação foi de **0,67%**, ou seja, 99,33% das declarações de importação dos OEA foram automaticamente liberadas em canal verde.

O percentual de seleção de cargas de importadores não-OEA no mesmo período foi de 4,53%, evidenciando que cargas de importadores OEA são 6,7 vezes menos selecionadas para conferência do que as cargas de importadores não certificados no programa.



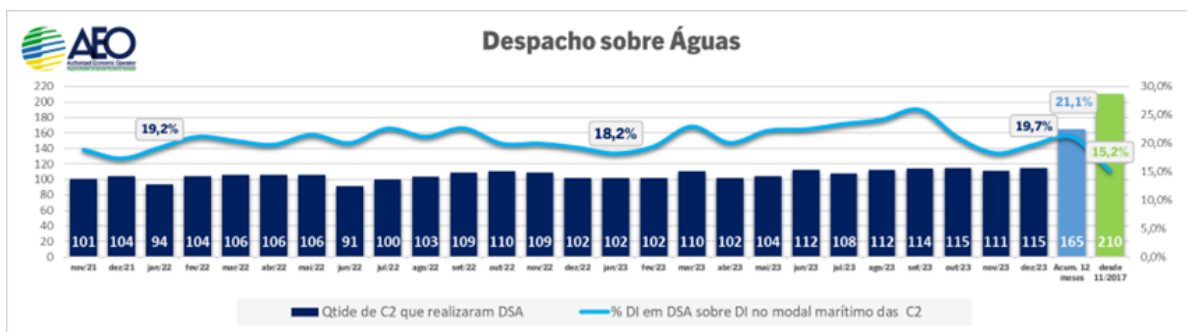
Fonte: Receita Data, 17/01/2024.

Um menor percentual de seleção para canais de conferência permite que importadores e exportadores movimentem suas cargas com mais agilidade e previsibilidade, o que representa uma vantagem competitiva perante outros operadores nacionais e estrangeiros, além de reduzir os custos com armazenagem.

### Despacho antecipado no modal aquaviário

O Despacho Antecipado no Modal Aquaviário (popularmente conhecido como Despacho sobre Águas) é um benefício que permite registro da Declaração de Importação (DI) antes da chegada da carga no território nacional, quando a mercadoria for transportada por meio aquaviário.

Em virtude desse benefício, as cargas parametrizadas em canal verde de conferência aduaneira podem ser retiradas imediatamente após sua descarga, sem a necessidade de armazenamento. O Despacho sobre Águas, além de aumentar consideravelmente a previsibilidade no despacho aduaneiro de importação, permite uma drástica redução nos custos de armazenagem, o que explica a alta demanda de sua utilização.



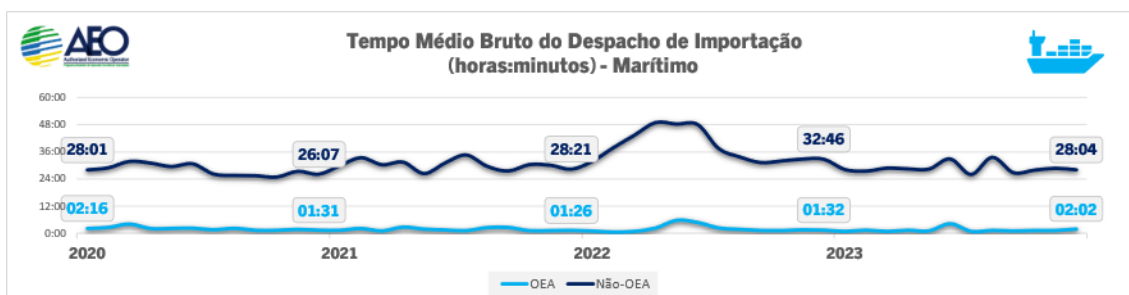
Fonte: Receita Data, 17/01/2024.

Ao longo de 2023, 165 importadores OEA utilizaram o despacho sobre águas. Desde novembro de 2017, quando o Despacho sobre Águas foi implementado, 210 importadores se beneficiaram da medida. No mês de dezembro de 2023, a quantidade de operadores atingiu 115 e as DI registradas por esses importadores OEA representaram 19,7% do total do despacho marítimo.

### Tempo médio bruto do despacho de importação OEA

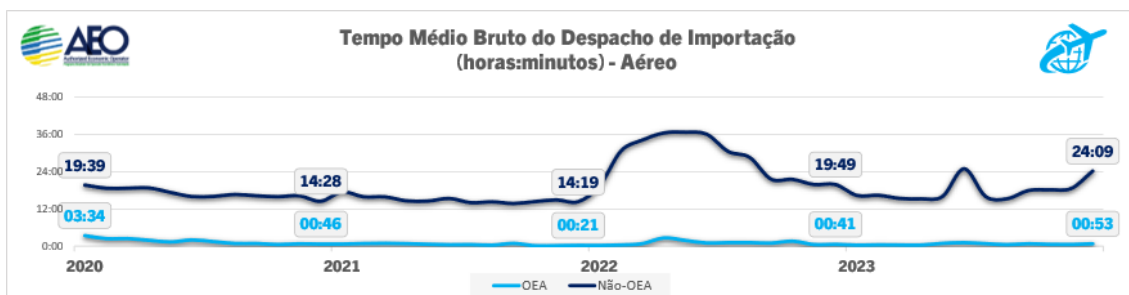
O tempo médio bruto do despacho de importação é a mensuração do tempo compreendido desde o registro da declaração de importação até o desembaraço da mercadoria.

No modal marítimo, observou-se, em dezembro de 2023, um tempo médio bruto de 2 horas e 2 minutos para as declarações de importação OEA enquanto, nas mesmas condições, foram verificadas 28 horas e 4 minutos para os importadores não-OEA, ou seja, uma declaração de importação OEA é desembaraçada 14 vezes mais rápido que uma não-OEA



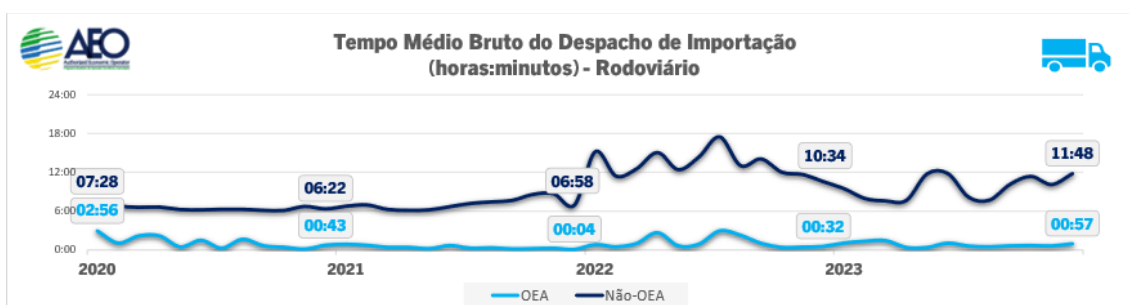
Fonte: Receita Data, 17/01/2024. CNPJ OEA-C, Exceto DI canceladas; Modalidade de Despacho = Normal; Tipo de DI = Consumo e Admissão em ZFM; Via de Transporte = Marítimo; Todos os canais.

No modal aéreo, constatou-se, em dezembro de 2023, um tempo médio bruto de 53 minutos para as declarações de importação OEA enquanto, nas mesmas condições, observou-se 24 horas e 9 minutos para os não-OEA, ou seja, uma declaração de importação OEA é desembaraçada 27 vezes mais rápido que uma não-OEA, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Fonte: Receita Data, 17/01/2024. CNPJ OEA-C, Exceto DI canceladas; Modalidade de Despacho = Normal; Tipo de DI = Consumo e Admissão em ZFM; Via de Transporte = Aéreo; Todos os canais.

No modal rodoviário, aferiu-se, em dezembro de 2023, um tempo médio bruto de 32 minutos para as declarações de importação OEA enquanto, nas mesmas condições, observou-se aproximadamente 10 horas e 34 minutos para os não-OEA, ou seja, uma declaração de importação OEA é desembaraçada 19,6 vezes mais rápido que uma não-OEA. Os dados mês a mês estão contidos no gráfico abaixo.





Fonte: Receita Data, 17/01/2024. CNPJ OEA-C, Exceto DI canceladas; Modalidade de Despacho = Normal; Tipo de DI = Consumo e Admissão em ZFM; Via de Transporte = Rodoviário; Todos os canais.

## Crescimento do Programa OEA

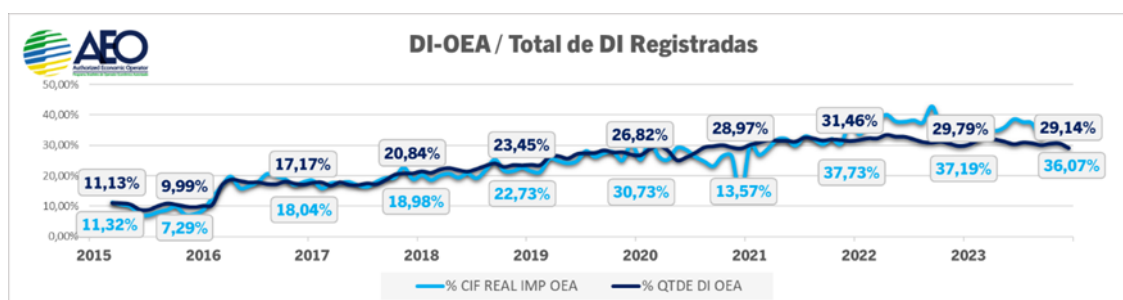
Existem atualmente **755** certificados emitidos no Programa OEA. Em 2023, 61 novos certificados foram emitidos, ou seja, o volume de certificados cresceu 9% em relação ao ano anterior. Estes certificados estão distribuídos entre as 576 empresas participantes do programa, nas diferentes modalidades e funções permitidas, conforme se verifica no gráfico abaixo.



Fonte: Sistema OEA – Portal Siscomex, 01/01/2024.

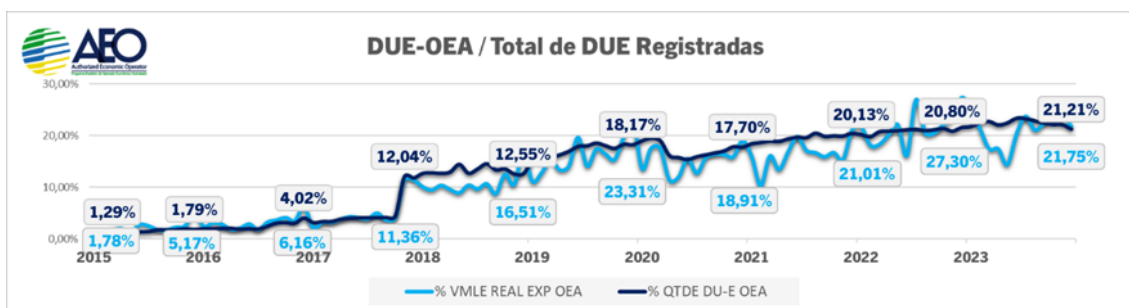
Os importadores e exportadores representam hoje 58% das empresas participantes do programa (334 dos 576). Esses operadores podem ser certificados tanto na modalidade Segurança, como na modalidade Conformidade ou em ambas. Os demais intervenientes certificados correspondem às funções de agente de carga, transportador, depositário, operador portuário, operador aeroportuário e Redex e totalizam 291 certificados.

A representatividade dos OEA no comércio exterior permanece bastante significativa. Em dezembro de 2023, os importadores OEA foram responsáveis por 29,14% da quantidade e 36,07% do valor de todas as declarações de importação registradas no país, conforme gráfico abaixo:



Fonte: ReceitaData, 17/01/2024.

Considerando o fluxo de exportação, por sua vez, em dezembro de 2023, as empresas OEA foram responsáveis por 21,52% da quantidade e 27,30% do valor de todas as declarações de exportação registradas no país, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Receita Data, 17/01/2024.

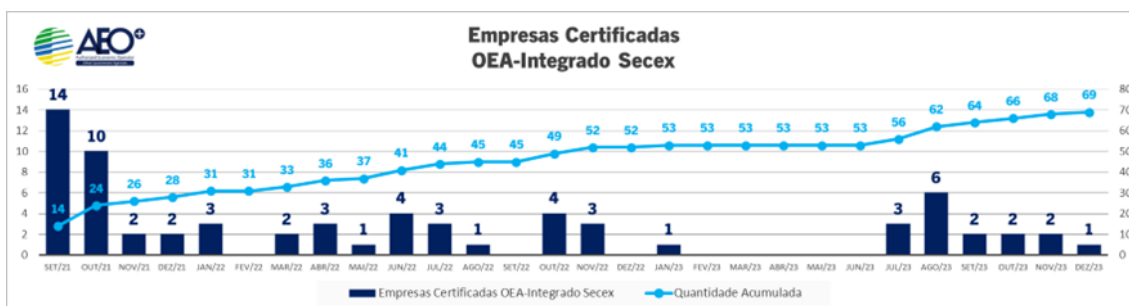
## OEA integrado – SECEX

O OEA-Integrado Secex, instituído pela Portaria Conjunta RFB/Secint/ME nº 85, de 19 de agosto de 2021, constitui mais uma iniciativa na busca da agilização e do aperfeiçoamento dos trâmites que envolvem operações de comércio exterior, em harmonia com o aprimoramento da gestão de riscos e dos controles, oferecendo benefícios relacionados ao Regime Aduaneiro Especial de Drawback aos operadores que se certificarem nessa modalidade.

Os benefícios oferecidos compreendem a redução da quantidade de informações e documentos necessários para a aprovação do drawback suspensão, a priorização da análise das solicitações de concessão e de alteração dos regimes de suspensão e isenção e, ainda, a existência de canal exclusivo para comunicação com servidores da Secex, em caso de dúvidas ou dificuldades operacionais.

Até o final de 2023, 69 empresas obtiveram certificação no OEA-Integrado Secex. A relação atualizada dos operadores certificados pode ser conferida no Portal OEA, no sítio da Receita Federal na internet:

<https://www.gov.br/receitafederal/ptbr/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/importacao-e-exportacao/oea/operadoresja-certificados-como-oea/operadores-certificados-oea-integrado-secex>



Fonte: Sistema OEA – Portal Siscomex, 01/01/2024.

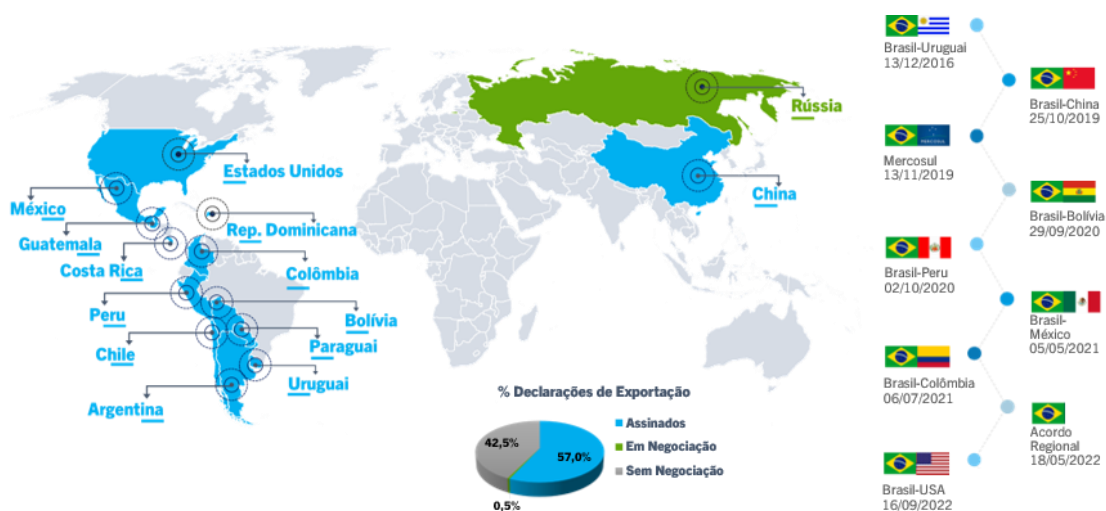
## ARM – Acordos de Reconhecimento Mútuo

Os Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM) são acordos bilaterais ou multilaterais celebrados entre Aduanas de países que possuam Programas de OEA compatíveis entre

si, com o fim de reconhecimento mútuo das certificações OEA para tratamento prioritário das cargas e redução de custos associados à armazenagem, garantindo previsibilidade das transações e melhoria na competitividade das empresas OEA no comércio internacional.

A integração do Programa OEA Brasileiro com os nossos principais parceiros comerciais, por meio de acordos de reconhecimento mútuo, é considerada uma ação estratégica para o governo brasileiro. Por esse motivo, em anos anteriores, acordos bilaterais foram assinados com importantes parceiros comerciais, como Bolívia, Colômbia, China, Estados Unidos, México, Peru e Uruguai, além dos multilaterais ARM Mercosul (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai) e ARM Regional (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai).

Em 2023, foram iniciadas as negociações com a Rússia com o intuito de que durante 2024 mais um acordo possa ser firmado pela RFB.



Fonte: RFB.

Atualmente, portanto, são nove ARM assinados com treze diferentes aduanas e o comércio com esses países representa 57% do fluxo comercial de exportações brasileiras, o que também coloca o Brasil como um dos líderes regionais sob o ponto de vista de integração internacional.

A fim de assegurar o máximo aproveitamento dos benefícios pactuados nos ARM pelos OEA brasileiros, foram desenvolvidos materiais orientativos, específicos para cada acordo, com informações sobre identificação dos operadores, preenchimento das declarações e procedimentos a serem executados nos sistemas informatizados apropriados, entre outras informações relevantes. Para saber mais sobre como usufruir dos benefícios previstos nos ARM já assinados pelo Brasil, no âmbito do Programa Brasileiro de OEA, acesse os Guias para Implementação de Benefícios do ARM disponíveis no site da RFB:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/importacao-e-exportacao/oea/beneficios-do-programa-oea/acordos-de-reconhecimento-mutuuo>



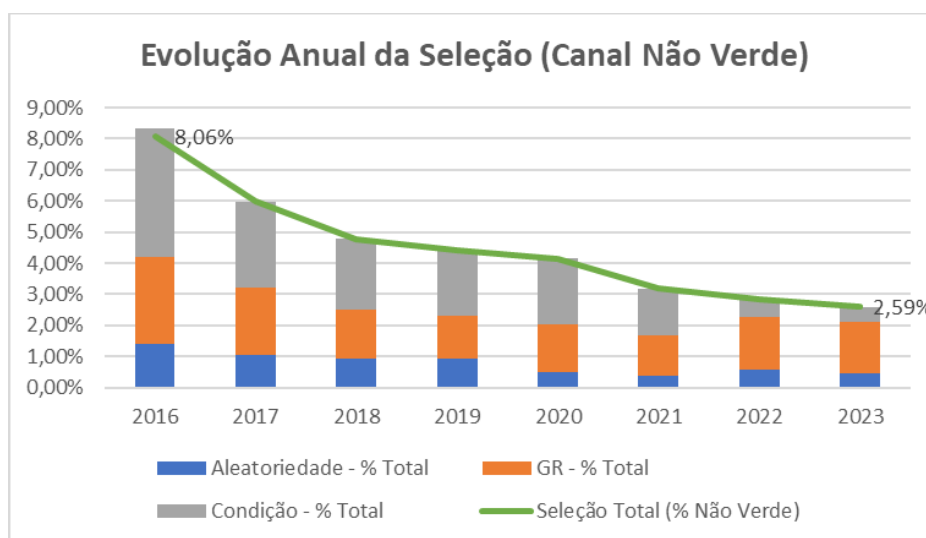
Fonte: RFB.

## V. GERENCIAMENTO DE RISCOS ADUANEIROS

### Conformidade e seleção para conferência aduaneira

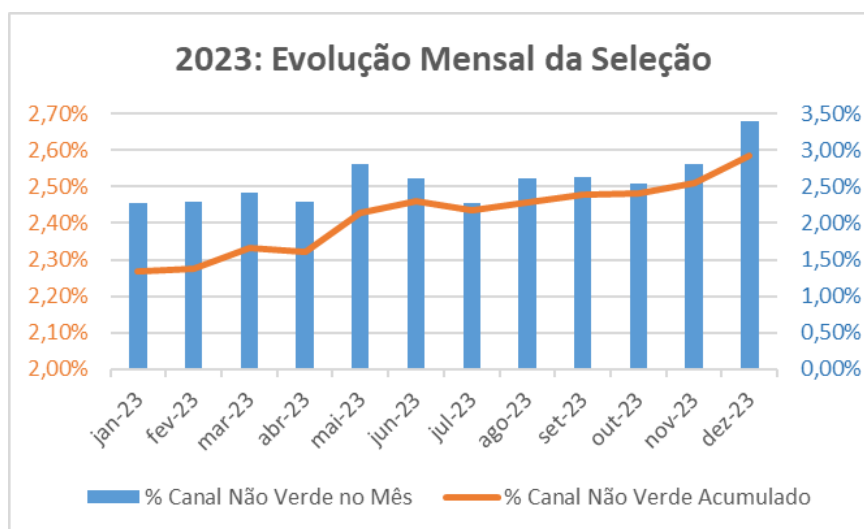
Em 2023, deu-se sequência à diminuição de importações selecionadas para conferência, porém houve redução no indicador de conformidade aduaneira.

Com o avanço do gerenciamento de riscos aduaneiros (GR) e a construção de um arcabouço que viabiliza ações cada vez mais efetivas em sede de pós-despacho, a administração aduaneira vem reduzindo sistematicamente o percentual de seleção de importações para conferência em canal diferente do verde. Em 2023, foi registrada uma nova redução.



Fonte: Receita Data, 15/01/2024

Cumpra ressaltar, entretanto, que houve certa variabilidade ao longo de 2023, com forte elevação da seleção em dezembro. Os próximos meses de 2024 indicarão se estamos diante de uma mudança de tendência ou de um fato isolado.

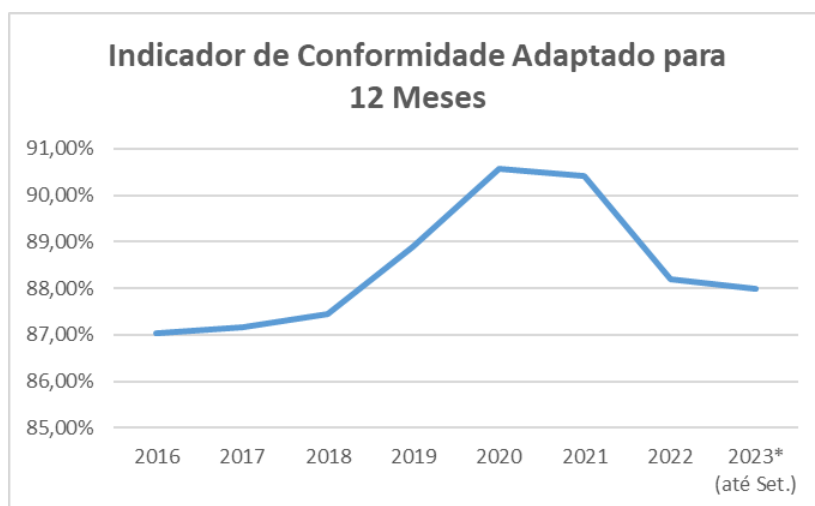


Fonte: Receita Data, 15/01/2024

Nesse sentido, cumpre ressaltar que há fatores a serem considerados, a exemplo da redução do Indicador de Conformidade Aduaneira, conforme será detalhado.

A conformidade aduaneira é mensurada por um indicador que correlaciona a proporção de importações que, selecionadas aleatoriamente para conferência no curso do despacho, encontraram-se conformes à legislação aduaneira. Para fins estatísticos, consideram-se conformes as importações que não tiveram retificações com incremento arrecadatório maior do que R\$ 500,00, nem a aplicação da pena de perdimento.

Como o presente balanço foi elaborado em janeiro de 2024, a apuração do Indicador de Conformidade para o ano de 2023 foi provisoriamente apurado para importações registradas entre janeiro e setembro, de modo a se deixar ao menos um trimestre para a decantação dos dados (tempo para se efetivar as conferências aduaneiras realizadas no período de modo a capturar mais efetivamente os casos de retificação e perdimento).



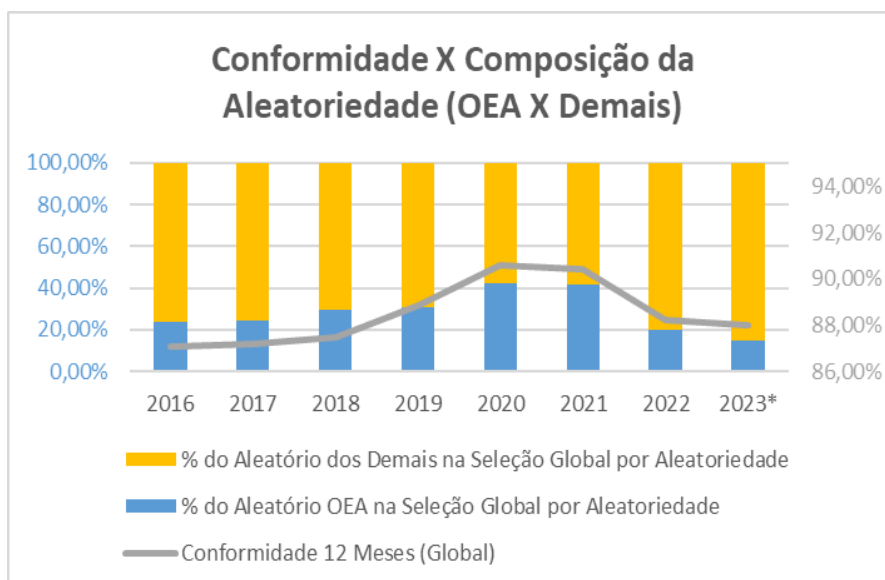
Fonte: Receita Data, 15/01/2024

Embora ainda dentro da meta, o indicador apresenta uma tendência de baixa que, caso confirmada, tenderia a reforçar o aumento das seleções realizadas em dezembro a fim de aumentar a percepção de risco por parte dos intervenientes, através da maior presença fiscal da RFB, o que, em tese, contribuiria para uma maior aderência às normas. Evidentemente, há outros fatores a serem considerados, inclusive uma discussão mais abrangente e estratégica de como e em que momento aumentar a presença fiscal do órgão, caso essa necessidade seja confirmada.

Por fim, cumpre citar mais um fator que impacta o Indicador de Conformidade Aduaneira. Por ter como universo as importações selecionadas aleatoriamente, o indicador acaba sendo influenciado pela composição da seleção aleatória, que pode ser subdividida em: (i) Aleatoriedade OEA, aplicada exclusivamente a Operadores Econômicos Autorizados e (ii) Aleatoriedade Geral, aplicada aos demais.

Ao ser habilitado como OEA, o interveniente passa a gozar de uma série de benefícios, que incluem um menor índice de seleção e a prioridade no fluxo do despacho aduaneiro. Apenas empresas consideradas aderentes à legislação são habilitadas no programa. Conforme sugere o gráfico abaixo, há correlação entre o Indicador de

Conformidade e a composição da aleatoriedade, de modo que quanto menor for o percentual de empresas OEA dentro do universo de seleções aleatórias, menor tende a ser o Indicador. Ainda que a sua redução possa ser parcialmente explicada pela alteração na composição do aleatório, isso denota a importância de se buscar um maior nível de aderência dos demais intervenientes, mantendo-se um alto nível global de conformidade.



Fonte: Receita Data, 15/01/2024

Conclui-se, portanto, que os próximos meses serão importantes para melhor se compreender a atual dinâmica entre seleção e conformidade. Como ressaltado no início, a administração aduaneira reduziu o percentual de seleção na importação ao longo dos anos por estar desenvolvendo um arcabouço que tem permitido ações cada vez mais efetivas em sede de pós-despacho. O Indicador de Conformidade Aduaneira ainda se mantém num patamar elevado, mas as recentes reduções ligam um sinal de alerta que, a depender de outros fatores, pode indicar uma maior necessidade de presença fiscal por parte do órgão, incluindo eventuais análises de como e em que momentos buscar esse incremento, sem renunciar às iniciativas que buscam a conformidade através do incentivo à auto regularização e à construção de uma percepção de benefícios mútuos através da maior aderência à legislação.

### Gerenciamento de riscos para ações mais eficazes

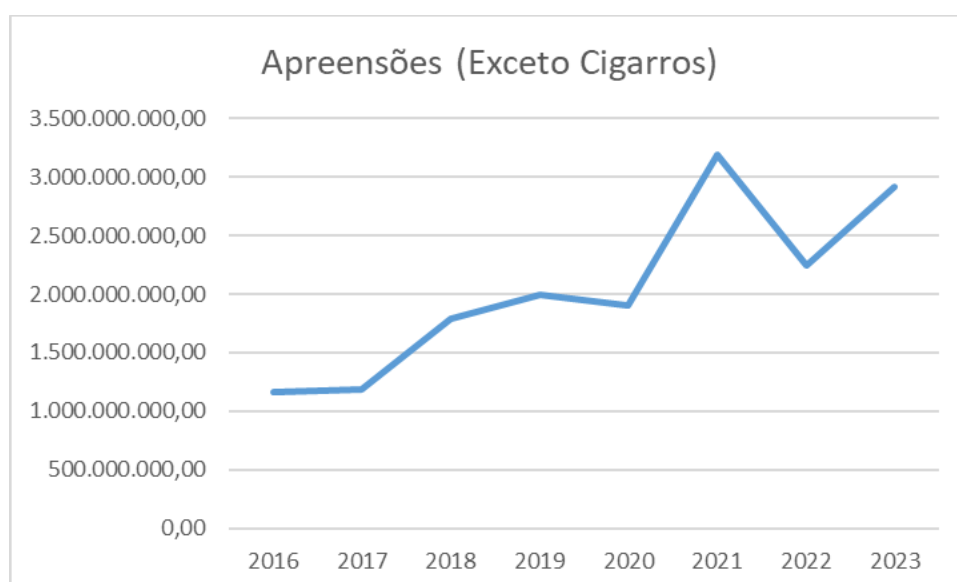
Em certa medida, retomou-se, em 2023, o desenvolvimento da Rede de GR, que objetiva uma análise de riscos cada vez mais capilarizada e integrada. Com isso, as apreensões apresentaram uma recuperação, após a acentuada queda em 2022.

As ações de gerenciamento de riscos (GR) vêm sendo estruturadas para focar na coibição de ilícitos aduaneiros de maior gravidade, inclusive no que se refere ao combate à fraude em zona primária. Quando mapeados oportunamente, a detecção desses riscos permite a atuação coordenada das equipes envolvidas ao longo do fluxo

aduaneiro, aumentando a efetividade da fiscalização. Para isso, a Aduana está empreendendo projetos que, dentre outros objetivos, liberaram força de trabalho para ser direcionada a esse tipo de atuação. O Programa OEA, de Malha Aduaneira e a previsão do canal verde nas admissões temporárias são alguns desses exemplos.

Em 2022, entretanto, houve um revés na execução desse direcionamento, de modo que foi observado um aumento no esforço de seleção (mais seleções sendo proporcionalmente realizadas), porém sem o foco na atuação coordenada, necessária ao combate de ilícitos aduaneiros de maior gravidade, o que se refletiu, em última instância, na abrupta redução dos valores de apreensão daquele ano.

O ano de 2023, portanto, representou um período de recuperação em que se pôde observar, em certa medida, a retomada do desenvolvimento de ações coordenadas e do fortalecimento da rede de GR. Como resultado, houve um incremento nas ações que resultaram em apreensões, fazendo com que os números se aproximassem dos registrados em 2021.



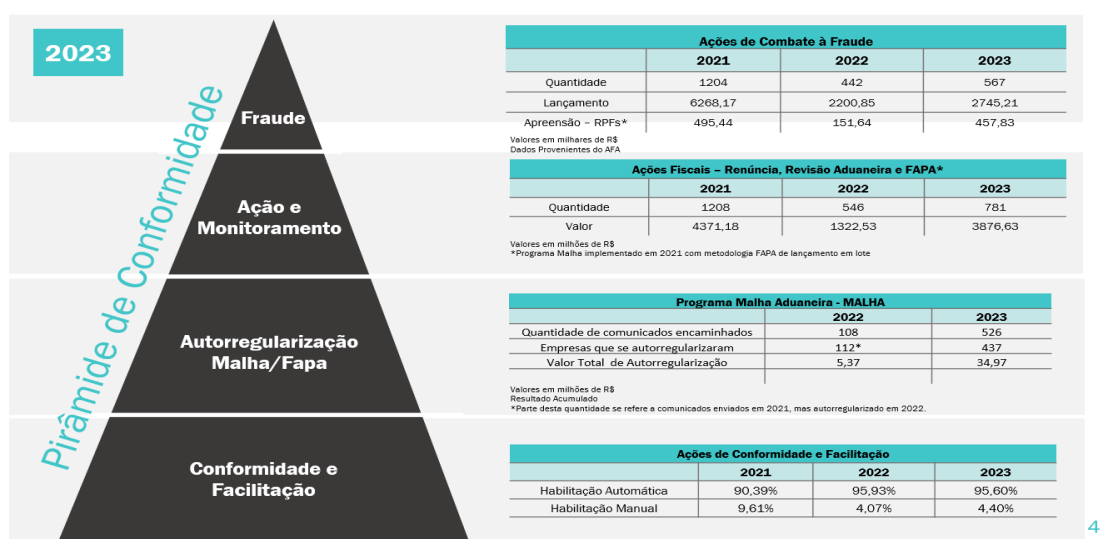
Fonte: CTMA, 15/01/2024



## VI. AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA

A auditoria aduaneira abrange o exame e a verificação das mercadorias e dos documentos relacionados com as operações de comércio exterior, inclusive a escrituração contábil das empresas. Seu objetivo imediato é promover o cumprimento da legislação aduaneira, no que diz respeito à tributação e aos controles administrativos das operações de comércio exterior, estendendo-se também à observância das obrigações acessórias impostas aos seus intervenientes.

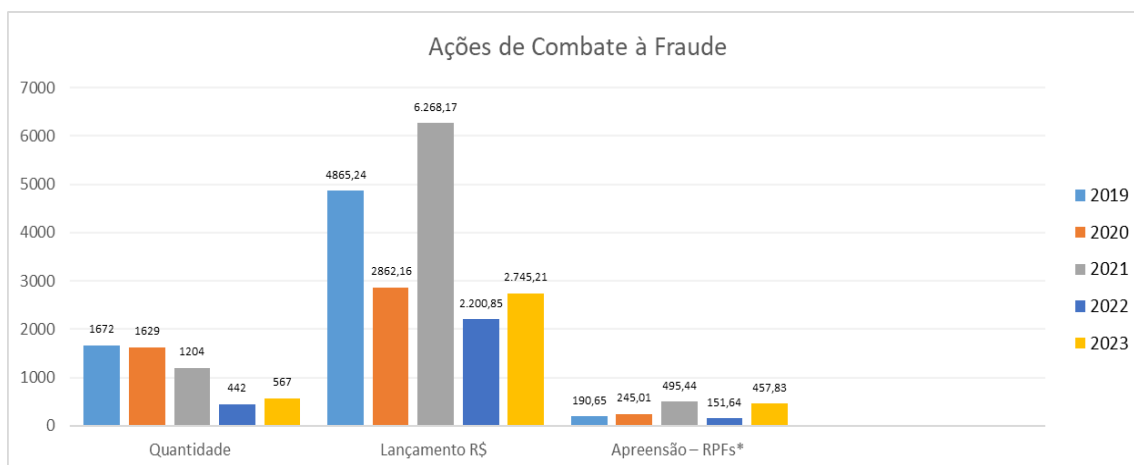
A fiscalização aduaneira atua conforme o nível de risco oferecido pelo interveniente. Essa forma de atuação pode ser visualizada nas ações abaixo, que apresentam os resultados das ações fiscais realizadas em 2023 segregados pelos diferentes estágios de risco identificados pelas equipes de gestão de riscos.



Fonte: RFB

### Ações de Combate à Fraude

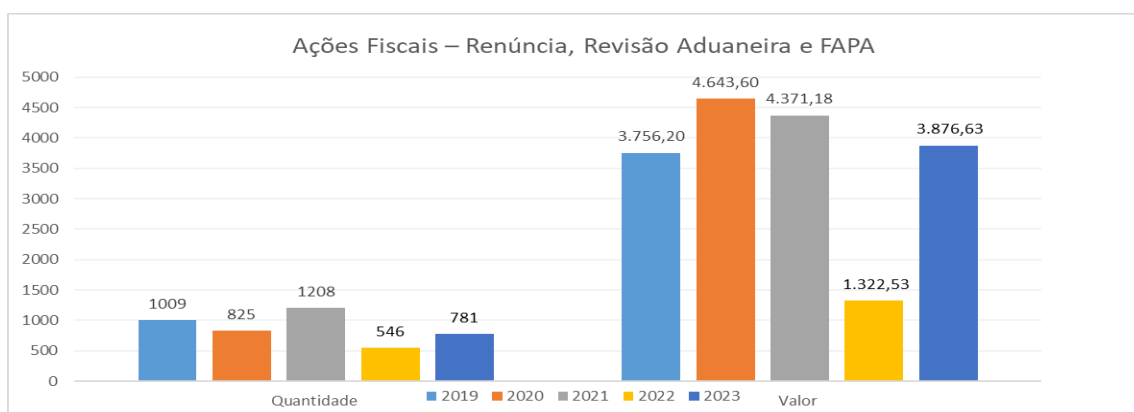
Em 2023, as ações de combate à fraude foram direcionadas para fraudes na importação, fraudes na exportação e fraudes em procedimentos gerais e específicos. A publicação da Instrução Normativa RFB nº 1.986, de 29 de outubro de 2020, trouxe uma nova abordagem para a fiscalização de combate a tais fraudes, integrando as ações nas zonas primária e secundária, garantindo maior tempestividade e efetividade nas ações fiscais.



Fonte: AFA-Contágil, 10/01/2024 (valores em milhões de R\$)

### Ações de Monitoramento

No que se refere às ações fiscais com foco em renúncia, revisão aduaneira e FAPA – Fiscalização de Alta Performance Aduaneira, voltadas ao segundo nível superior da pirâmide de conformidade anteriormente apresentada, observa-se a consolidação do Programa Malha Aduaneira e FAPA, aplicado às operações de comércio exterior qualificadas neste nível de risco. O valor de crédito tributário constituído para este nível de risco totalizou R\$ 3.876.634.665,78.

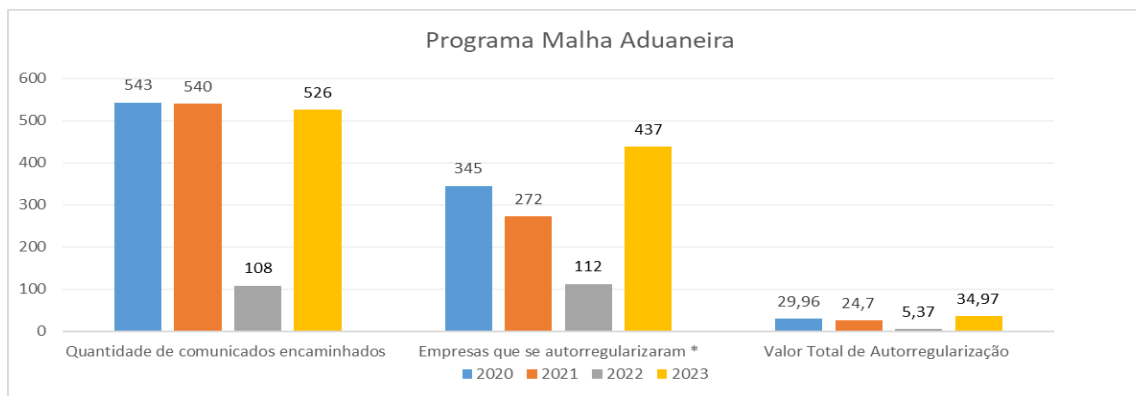


Fonte: AFA-Contágil, 10/01/2024 (valores em milhões de R\$)

### Ações de Autorregularização

Em 2023, foram enviados 526 comunicados para autorregularização, o que gerou recolhimento de R\$ 34.971.614,43. Os comunicados enviados possibilitaram que as empresas, em cujas declarações de importação foram identificados possíveis equívocos de preenchimento, corrigissem o erro antes do início de um procedimento fiscal. Caso o erro fosse identificado no curso de uma fiscalização, acarretaria pagamento da multa de 50%.

A autorregulização aduaneira é efetuada mediante a retificação da declaração de importação e o débito em conta corrente à vista, no momento da transmissão, não permitindo compensação e nem parcelamento.

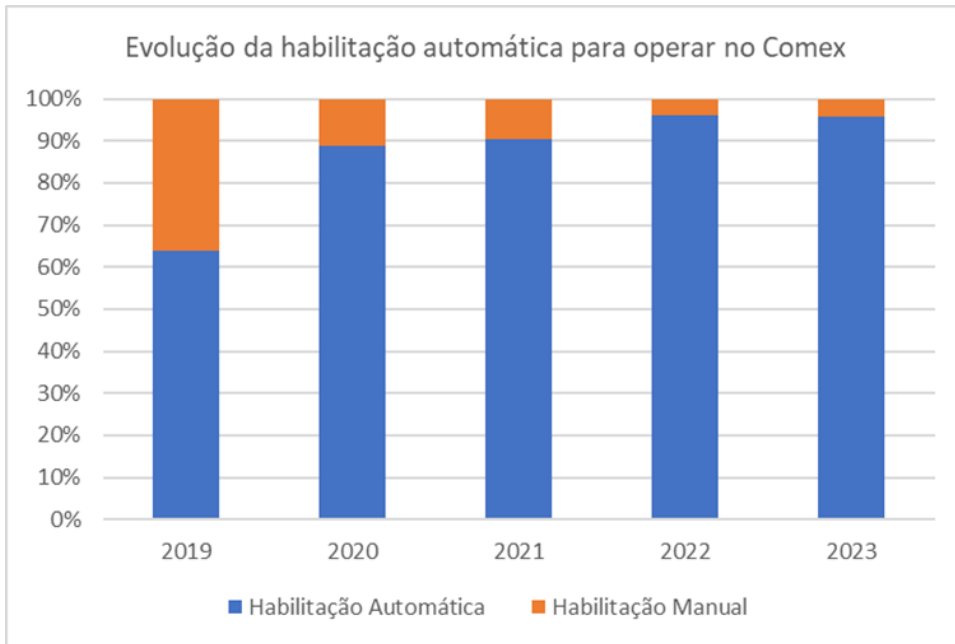


Fonte: Programa Malha, extraído em 10/01/2024 (valores em milhões de R\$)

### Ações de Conformidade e Facilitação

A Instrução Normativa RFB nº 1.984, de 27 de outubro de 2020, simplificou a habilitação das empresas para operar no comércio internacional e possibilitou o incremento das habilitações automáticas. Tais habilitações são obtidas diretamente pelo contribuinte no sistema Habilita do Pucomex sem a necessidade de intervenção de servidores da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), desde que cumpridos os requisitos normativos. Em paralelo, as equipes de gestão de riscos selecionam contribuintes para as revisões de ofício destas habilitações, nos casos em que se identificar indícios de irregularidades no momento das operações.

Em 2023, 95,60% das habilitações foram concedidas de forma automática. Isso possibilitou que estas empresas, consideradas de baixo risco no momento do requerimento de habilitação, pudessem iniciar suas operações de comércio internacional de forma muito mais rápida, sem a necessidade de esperar a análise manual de seus pedidos de habilitação.



Fonte: DW Aduaneiro, extraídos em 09/01/2024

## VII. VIGILÂNCIA E REPRESSÃO

No âmbito da Administração Aduaneira, as ações de combate ao contrabando, ao descaminho, à contrafação, à pirataria, ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, ao tráfico internacional de armas de fogo e munições, ao tráfico de fauna e flora, à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, e aos demais ilícitos aduaneiros, são parte imprescindível para o atingimento do objetivo de garantir a proteção das fronteiras e a defesa da sociedade e da economia, contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios do país.

As ações da repressão aduaneira têm como destinatários os indivíduos e grupos que têm comportamento de descumprimento deliberado das leis e normas para se beneficiar e obter vantagens em relação aos seus concorrentes. Em boa parte dos casos, estes indivíduos ou grupos lidam com produtos e procedimentos proibidos. Eles estão situados no topo da pirâmide de conformidade da OCDE<sup>10</sup>.

As ações bem-sucedidas da Receita Federal culminam com a retenção e apreensão de mercadorias, veículos e valores, além da aplicação das demais penalidades previstas, bem como de eventual apresentação de representação fiscal para fins penais e detenção de criminosos.

### **Drogas apreendidas**

A Aduana Brasileira tem a missão de exercer a vigilância e repressão no combate ao contrabando, descaminho e demais ilícitos em quase 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, 17.000 km de fronteira terrestre e 7.000 km de costa marítima (onde se localizam 39 aeroportos alfandegados, 39 portos organizados, 223 instalações portuárias, 32 pontos de fronteira, 61 instalações de interior, 3 centros de remessas postais e 4 centros de remessas expressas).

As apreensões de drogas pela Receita Federal atingiram o montante de 35,7 toneladas, sendo a grande maioria representada por cocaína e maconha (98,2% do peso total apreendido).

O volume de apreensões de cocaína concentrou-se nos portos, na saída do Brasil (89%). O Porto de Santos/SP continua sendo o local em que a RFB mais realizou apreensões de cocaína em 2023, com 7,1 toneladas. Na sequência, ficam os portos de Santa Catarina e Paraná, com 3,5 toneladas, e os portos do Rio de Janeiro e Espírito Santo com 3,3 toneladas. No que se refere à maconha, houve um incremento significativo nas apreensões em relação a 2022 (82%). Os maiores volumes de apreensões continuam no Paraná (9,6 ton) e em São Paulo (8,3 ton), atingindo 94% do total apreendido pela Receita Federal no país.

### **Quantidade de drogas apreendidas**

---

<sup>10</sup> GUIDANCE NOTE Compliance Risk Management: Managing and Improving Tax Compliance. Disponível em: <https://www.oecd.org/tax/administration/33818656.pdf>.

## Maconha

Jan – Dez 2022 - 10.467 kg



Jan - Dez 2023 - 19.082 kg

## Cocaína

Jan - Dez 2022 - 25.134 kg



Jan - Dez 2023 - 15.987 kg

Fonte: Sistema Secta - Receita Federal, extraído em 16/01/2024.

### Aprensões de drogas em destaque em portos

O combate ao **tráfico de cocaína nos portos brasileiros** pela Receita Federal, mormente nos portos mais importantes (como o porto de Santos) levou a mudanças no modus operandi das organizações criminosas para o envio da droga aos principais mercados consumidores do mundo. Nota-se 4 mudanças relevantes: primeiro, o aumento do tráfico via portos de outros países da América do Sul, principalmente do Equador, tendo sido registradas grandes apreensões de cocaína em portos europeus em que se verificou a procedência daquele país<sup>11</sup>; em segundo lugar, a verificação da utilização de outros modos de ocultação, em quantidades menores, com a utilização bastante recorrente da ocultação no *sea chest* dos navios, que é um compartimento localizado no casco, abaixo da linha de flutuação – entre 6 e 9 m de profundidade; em terceiro lugar, a migração da atuação dos grupos criminosos para outros portos de menor movimento, principalmente no norte e nordeste do Brasil, tendência que pode ser verificada, por exemplo, em estudo do UNODC<sup>12</sup>, que aponta para o aumento do crime organizado relacionado ao tráfico de drogas na bacia amazônica; finalmente, a utilização de embarcações menores fora do fluxo comercial tradicional dos portos alfandegados, cujo exemplo mais eloquente foi a apreensão de 3,6 toneladas de cocaína em embarcação com 5 tripulantes interceptada na costa de Pernambuco em setembro de 2023<sup>13</sup>. Merecem destaque:

Aprensão de 117 kg de cocaína em navio no porto de Santos em abril de 2023. A droga estava oculta no sea chest, exigindo a atuação de mergulhadores da Marinha do Brasil para a sua localização.

<sup>11</sup> Exemplo de notícia com este teor: [Espanha faz apreensão recorde de 9,5 toneladas de cocaína vinda do Equador \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br)

<sup>12</sup> [unodc.org/res/WDR-2023/Research\\_Brief\\_Amazon\\_FINAL.pdf](https://www.unodc.org/res/WDR-2023/Research_Brief_Amazon_FINAL.pdf)

<sup>13</sup> [Ação da Marinha e da PF apreende 3,6 toneladas de cocaína na costa de Pernambuco | Marinha do Brasil](https://www.marinha.mil.br)



Centésima apreensão de cocaína (35 kg escondidos nos compartimentos dos motores de dois contêineres refrigerados) realizada pela Receita Federal no Porto de Paranaguá desde 2016. Em sete anos, os servidores da Receita Federal impediram o tráfico de cerca de 34 toneladas da droga. Estima-se que o prejuízo imposto ao crime organizado supera a casa de R\$ 5 bilhões.



Apreensão de 1.097 kg de cocaína em setembro de 2023, em contêiner de compensados de madeira, que tinha como destino a Bélgica. Foi a maior apreensão de cocaína no porto de Paranaguá desde 2019.



Aprensão de 1,6 ton de cocaína no porto de Vitória/ES em novembro de 2023. A droga foi encontrada nos dutos de ventilação de dois decks. A ação conjunta da RFB e PF contou com o uso de drones para varredura dos 13 andares do navio, de 15 cães farejadores e de duas lanchas.



Aprensão de 220 kg de cocaína em outubro de 2023 no porto de Itaguaí/RJ. A droga estava oculta em 336 latas de tinta acrílica de uma carga total de 1.920 latas, distribuída em dois contêineres, e tinha como destino a Austrália.





Apreensão de 30,5 kg de cocaína em março de 2023 no porto de Paranaguá/PR. Os pacotes com a droga estavam escondidos nos compartimentos dos motores de um contêiner refrigerado.



Em março de 2023, ação da Receita Federal no porto do Rio de Janeiro/RJ levou à apreensão de 4,8 kg de cocaína escondido no corpo de turista francês em navio de cruzeiro que seguiria para a Itália.



Em dezembro de 2023, foram apreendidos no porto de Mucuripe/CE 140 kg de cocaína, que tinham como destino a França.



### **Apreensões de drogas em destaque em aeroportos**

Nos **aeroportos**, além das apreensões relacionadas ao transporte de cargas, é bastante relevante o combate ao tráfico de drogas realizado por passageiros, conhecidos como “mulas”. Da mesma forma dos demais modais, o trabalho é feito com base em gestão de riscos, com análise das operações de importação e exportação, assim como das informações dos passageiros, com utilização de sistemas informatizados, trocas de informações e análise de imagens. Durante o procedimento são utilizados também cães de faro e outros recursos tecnológicos e operacionais. Destacam-se:

Apreensão no aeroporto de Guarulhos de 274 garrafas de vinho contendo cocaína diluída. O destino da carga era Hong Kong. Estima-se em 20 kg a quantidade de cocaína dissimulada na bebida.



Apreensão no aeroporto de Brasília de cerca de 9,9 kg de skunk, dissimulado em mala de passageira proveniente de Manaus. A ação contou com o uso de raio-x e de cão de faro da Receita Federal e resultou também na prisão da passageira.



Apreensão em junho de 2023 de 2 kg de skunk no aeroporto do Galeão/RJ. A droga estava em embalagens presas às pernas de um homem de 26 anos.



Após análise de risco, carga suspeita foi submetida à fiscalização que resultou na apreensão no aeroporto de Manaus de cerca de 5,10 kg de skunk, ocultos no interior de potes de margarina.



Apreensão em dezembro de 2023 no aeroporto internacional de Fortaleza/CE de 12kg de cocaína dissimulados em três potes de whey protein.



### Apreensões de drogas em destaque no modal terrestre

No **modal terrestre**, há uma prevalência de apreensão de maconha em relação às demais drogas. Nesse modal, ocorre também o maior volume de apreensão de maconha pela Receita Federal. Nesse modal, destacam-se:

Apreensão decorrente de operação da Receita Federal em rodovia no Ceará de 50 kg de skunk. O entorpecente estava camuflado em CPU de computadores envoltos em espuma e embalado a vácuo.



Em maio de 2023, apreensão de 120 kg de maconha acondicionada em fundo falso de veículo na Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu/PR. Foi necessário cortar a lataria do carro para a retirada da droga.



Apreensão em Florianópolis de 327 kg de cocaína transportados em fundo falso criado no teto de um veículo de transporte de passageiro.



Na cidade de Maringá/PR, equipes da Receita Federal com o apoio da Polícia Rodoviária Federal interceptaram um veículo carregado com 930 Kg de maconha.



Também em maio de 2023, a Receita Federal apreendeu 1,13 ton de maconha em fundo falso de caminhão na Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu/PR. A droga estava na região dos tanques de combustível e dos pneus.



Em junho de 2023, também na Ponte Internacional da Amizade em Foz do Iguaçu, a Receita Federal apreendeu 1,95 ton de maconha em caminhão graneleiro em lastre (vazio). A droga estava no assoalho do veículo.



### **Apreensões de drogas em destaque em encomendas**

No que se refere a **encomendas postais**, a RFB realiza ações nos diversos centros de distribuição dos Correios no circuito doméstico assim como nos três centros de remessas postais internacionais, localizados em São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Curitiba/PR. Quanto às remessas expressas internacionais e a atuação ocorre nos centros de remessas expressas internacionais, em estabelecimentos que possuem prévia autorização da Receita Federal. Nestes locais é mais comum a apreensão de Novas Substâncias Psicoativas (NSP) de alto valor agregado. Destacam-se:

Nos Correios do Aeroporto do Galeão/RJ, foram encontrados 95 frascos com o que deveria ser produto fitoterápico, mas após narcoteste foi constatada a presença de MDMA, matéria-prima utilizada na fabricação de ecstasy.

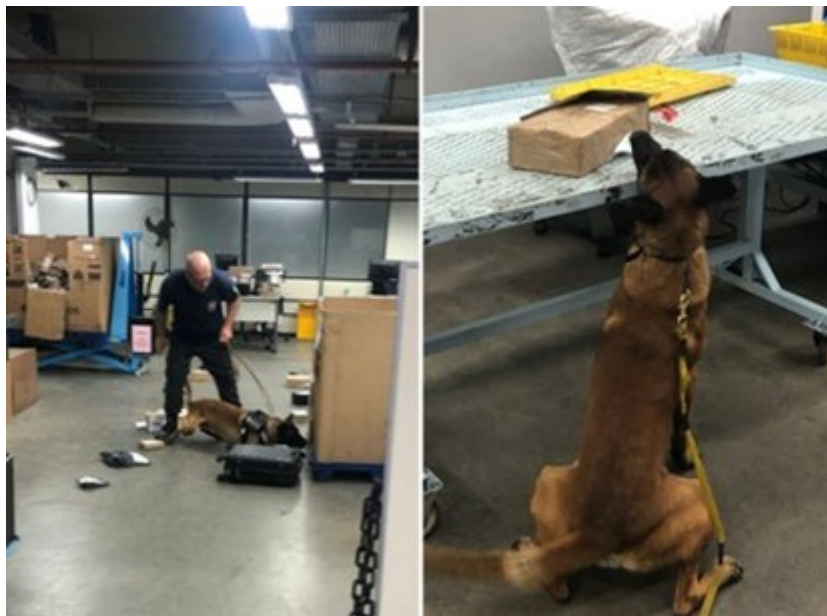




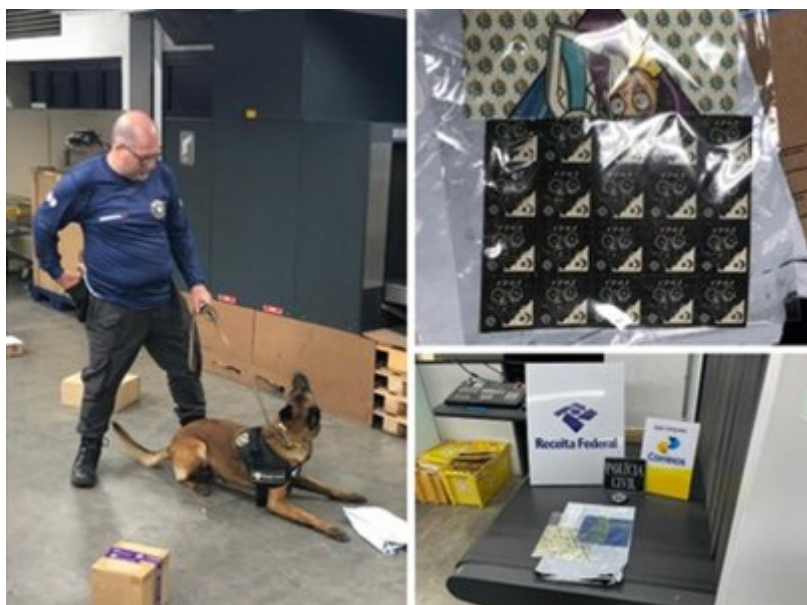
Apreensão de drogas sintéticas em duas remessas nos Correios do Aeroporto do Galeão/RJ: numa, 100 pontos de NBOMe e na outra, 50 pontos de LSD dentro de revistas de passatempo.



Apreensão de 3,5 kg de MDMA nos Correios de Florianópolis com o uso de cães de faro.



Operação nos Correios de Florianópolis/SC contou com a participação de agentes caninos da Receita Federal e da Polícia Civil e resultou na apreensão de 1000 pontos de "Nbome".



Registre-se, por fim, que o trabalho de cooperação da Receita Federal em nível internacional resulta em **apreensões no exterior**, realizadas por órgãos policiais e aduaneiros de outros países, contrapondo-se à atuação das quadrilhas em diversas nações. Somente no Porto de Santos, este trabalho cooperativo resultou em aproximadamente 10 toneladas de cocaína apreendidas em portos estrangeiros.

### **Mercadorias irregulares apreendidas**

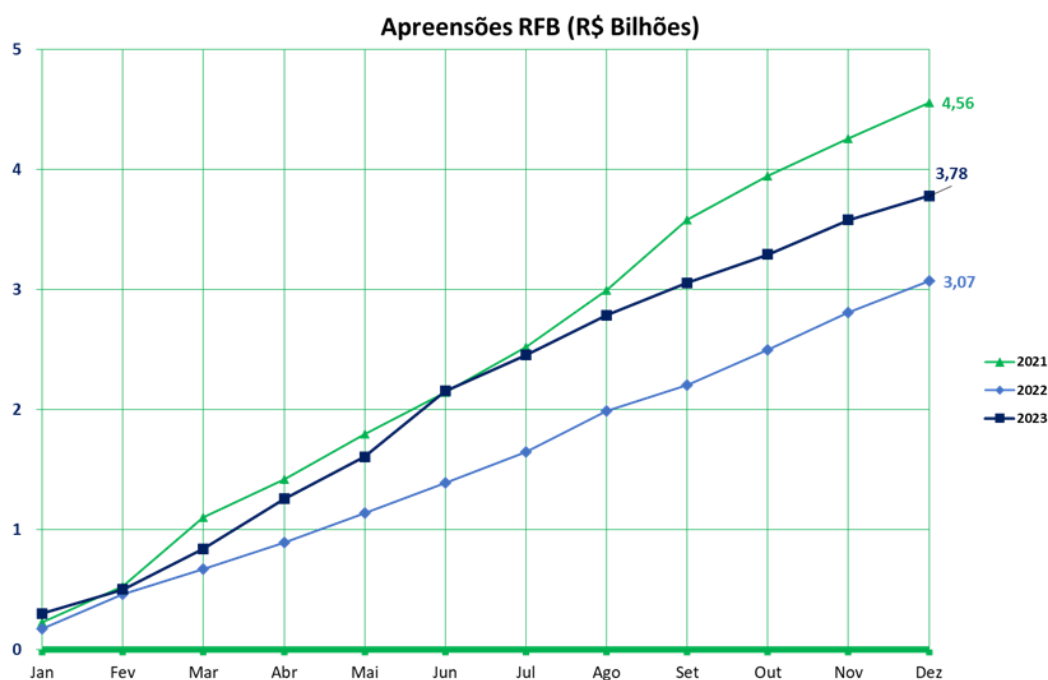
No que tange à apreensão de mercadorias em 2023, a Receita Federal registrou o resultado de 3,8 bilhões de reais.

O valor é resultado do controle aduaneiro em zona primária e também de aproximadamente **17.627 operações realizadas pela Receita Federal de combate ao contrabando, ao descaminho e à importação irregular** de mercadorias estrangeiras em todo o Brasil. As operações visam coibir a concorrência desleal com a indústria nacional e com os importadores regulares, a sonegação de impostos e a entrada de produtos no País que não atendam às diversas regulamentações para uso e consumo seguros pela sociedade. Desta forma, a Receita Federal promove a manutenção de empregos formais, a defesa da sociedade e um melhor ambiente de negócios no Brasil.

As ações de vigilância e repressão da Receita Federal reforçam a presença fiscal, a percepção de risco, trazendo o equilíbrio entre a facilitação do comércio internacional e o combate aos ilícitos. Ademais, na luta contra os ilícitos em geral, inclusive tráfico de armas e drogas, a Receita Federal contribui para a proteção da sociedade, garantindo a segurança e a saúde da população.



Fonte: Sistema CTMA - Receita Federal, extraído em 16/01/2024.



Fonte: Sistema CTMA - Receita Federal, extraído em 16/01/2024.

## Cigarros apreendidos

As apreensões de 171 milhões de maços de cigarros de janeiro a dezembro de 2023 representaram 23% dos valores de mercadorias apreendidas.

## QUANTIDADE DE CIGARROS APREENDIDOS

## VALOR DE CIGARROS APREENDIDOS

Jan - Dez 2022  
162 milhões de maços

Jan - Dez 2022  
R\$ 815 milhões



Jan - Dez 2023  
171 milhões de maços

Jan - Dez 2023  
R\$ 861 milhões

Fonte: Sistema CTMA - Receita Federal, extraído em 16/01/2024.

A maior parte dos cigarros contrabandeados no Brasil ainda tem sua produção no Paraguai. A entrada do contrabando de cigarros no Brasil ocorre, em sua maioria, por fronteiras terrestres das Regiões Sul e Centro Oeste, mormente nos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. Todavia, não se pode desprezar a nova tendência, com origem em países do norte da América do Sul, em rota marítima de contrabando de cigarros em pequenas embarcações ao longo do litoral norte e nordeste brasileiro.

Deve-se levar em consideração também o combate à produção ilegal no Brasil. Em destaque, duas ações realizadas pela Receita Federal no Estado do Rio de Janeiro, que levaram à apreensão de matérias primas, produtos em elaboração e acabados, e selos fiscais. Acrescente-se a perda do registro especial de fabricação e o fechamento das duas fábricas irregulares.



Operações da Receita Federal no Rio de Janeiro levam ao fechamento de duas fábricas irregulares de cigarros em 2023.

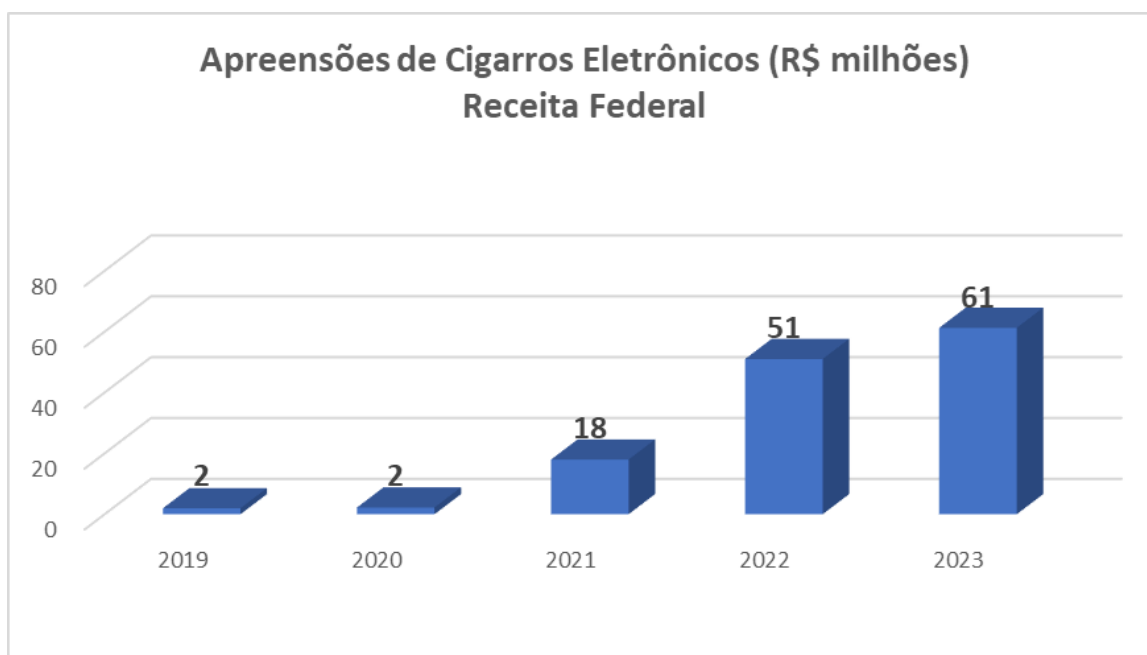
Nos últimos anos, a Receita Federal tem intensificado o combate ao contrabando de cigarro eletrônico, cuja importação e comercialização é proibida no Brasil, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC nº 46, de 28 de agosto de 2009. Destaque para a Operação *Toxicus Fumus*, realizada na região central de São Paulo/SP, em que foram fiscalizados 23 estabelecimentos, nos quais foram apreendidas 35.109

unidades de cigarros eletrônicos, valoradas em R\$ 3.6 milhões, bem como refis, utensílios de fumo eletrônico, essências e outros produtos irregulares, no valor de R\$ 273 mil.



Operação da Receita Federal no centro da capital paulista realiza o combate ao contrabando de cigarros eletrônicos em 31 de maio de 2023, Dia Mundial sem Tabaco.

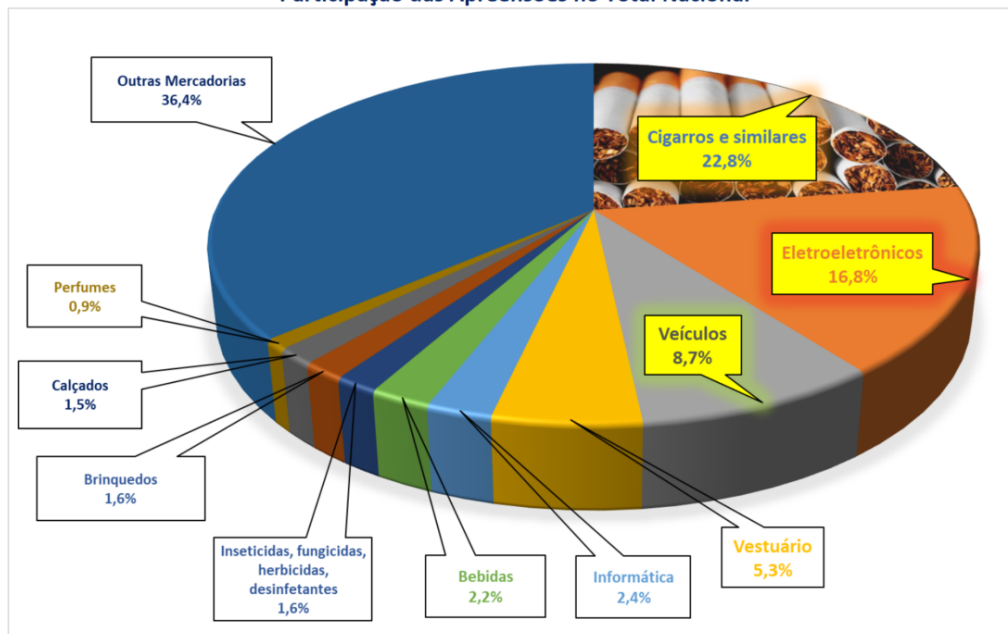
Conforme pode ser verificado no gráfico abaixo, o trabalho da Receita Federal tem gerado bons frutos. As apreensões de cigarros eletrônicos tiveram grande crescimento nos últimos 5 anos, atingindo o montante de R\$ 61 milhões em 2023.



### Ranking de apreensões

Abaixo, gráfico com os 10 tipos de mercadorias mais apreendidas em 2023, com as informações de quantidade e valor contabilizados por tipo de produto (exceto drogas).

**Apreensões (Janeiro a Dezembro de 2023)**  
**Participação das Apreensões no Total Nacional**



Fonte: Sistema CTMA - Receita Federal, extraído em 16/01/2024.

O ranking de apreensões (10 principais itens), conforme demonstrado no gráfico acima, apresenta o cigarro como a principal mercadoria contrabandeada, com 22,8% do total apreendido. Outros produtos em destaque, que são objeto dos ilícitos combatidos pela RFB, são os eletroeletrônicos (16,8%), os veículos (8,7%) e os itens de vestuário (5,3%).

DESCRIÇÃO	Janeiro a Dezembro de 2023	
	VALOR(R\$)	% DO TOTAL
<b>Cigarros e similares</b>	<b>860.865.374,59</b>	<b>22,79%</b>
<b>Eletroeletrônicos</b>	<b>635.341.371,50</b>	<b>16,82%</b>
<b>Veículos</b>	<b>328.446.205,67</b>	<b>8,69%</b>
<b>Vestuário</b>	<b>199.123.678,35</b>	<b>5,27%</b>
<b>Informática</b>	<b>89.118.318,30</b>	<b>2,36%</b>
<b>Bebidas</b>	<b>82.762.572,88</b>	<b>2,19%</b>
<b>Inseticidas, fungicidas, herbicidas, desinfetantes</b>	<b>59.125.432,49</b>	<b>1,57%</b>
<b>Brinquedos</b>	<b>59.109.124,36</b>	<b>1,56%</b>
<b>Calçados</b>	<b>55.079.754,19</b>	<b>1,46%</b>
<b>Perfumes</b>	<b>34.372.299,76</b>	<b>0,91%</b>
<b>Total dos 10 principais itens</b>	<b>2.403.344.132,09</b>	<b>63,62%</b>
<b>Outras mercadorias</b>	<b>1.374.105.052,24</b>	<b>36,38%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.777.449.184,33</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema CTMA - Receita Federal, extraído em 16/01/2024.

Abaixo, segue o quadro geral com as apreensões realizadas pela Receita Federal no acumulado de janeiro a dezembro de 2023 (em ordem alfabética, ranking estendido, por principais grupos).

Janeiro a Dezembro de 2023						
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNID. DE MEDIDA	VALOR(R\$)	TOTAIS PARCIAIS (R\$)	% DO TOTAL	
Armas e Munições	Armas	381	unidade	1.646.488,53	1.696.890,21	0,04%
	Munições	36	kg	1.743,51		
Bebidas	Alcoólicas	6.171	unidade	48.658,17	63.969.559,78	1,69%
		60.035	garrafa	5.525.352,74		
		3.954	kg	100.227,78		
		35.101	l	2.338.480,20		
	Outras	854.355	unidade	56.005.499,06	18.793.013,10	0,50%
		64	garrafa	2.029,40		
		237	kg	2.826,60		
		27	l	130,77		
Bolas Esportivas	446.434	unidade	18.788.026,33	449.141,91	0,01%	
	222.100	unidade	351.808,60			
Bolsas e acessórios	8.951	kg	97.333,31	28.976.416,45	0,77%	
	2.015.872	unidade	20.711.476,83			
Brinquedos	108.325	kg	8.264.939,62	59.109.124,36	1,56%	
	1.955.714	unidade	17.260.732,09			
Calçados	Esportivo	38.299	kg	8.019.175,17	18.470.416,33	0,49%
		150.160	unidade	10.451.241,16		
	Outros	175.672	kg	34.174.267,03	36.609.337,86	0,97%
		108.570	unidade	2.435.070,83		
Cigarros e similares	13.899	kg	376.311,94	860.865.374,59	22,79%	
	171.317.985	maço	860.489.062,65			
Eletroeletrônicos	6.281.568	unidade	627.950.740,74	635.341.371,50	16,82%	
	47.349	kg	7.390.630,76			
Informática	1.505.000	unidade	87.333.170,84	89.118.318,30	2,36%	
	21.018	kg	1.785.147,46			
	87.358	unidade	14.906.024,66	59.125.432,49	1,57%	
	110.614	l	20.066.861,07			

Inseticidas, fungicidas, herbicidas, desinfetantes		52.461	kg	24.152.515,96		
		11	saca	30,80		
Máquinas de jogos de azar		620	unidade	473.372,90	473.372,90	0,01%
Medicamentos		321.582	unidade	12.719.610,62		
		0	l	25.307,56		
		24.183	kg	687.401,25	13.432.319,43	0,36%
Mídias para gravação (CD, DVD)	Gravadas	19.860	unidade	481.363,85		
		387	kg	10.826,58	492.190,43	0,01%
	Não Gravadas	52	kg	51.753,02		
		1.042.524	unidade	415.911,23	467.664,25	0,01%
Óculos de sol		18.471	kg	2.802.467,56		
		1.496.242	unidade	17.020.432,23	19.822.899,79	0,52%
Perfumes		7.597	kg	857.503,42		
		406.401	unidade	33.514.796,34	34.372.299,76	0,91%
Pneus		80.531	unidade	15.801.772,65		
		9.329	kg	165.241,15	15.967.013,80	0,42%
Pilhas e Baterias		1.331.741	unidade	14.334.177,56		
		31.722	kg	6.721.327,96	21.055.505,52	0,56%
Relógios		1.820.566	unidade	25.227.660,03		
		20.658	kg	5.000.895,16	30.228.555,19	0,80%
Aeronaves e Embarcações		1.162	unidade	11.630.333,67	11.630.333,67	0,31%
Veículos		14.381	unidade	328.446.205,67	328.446.205,67	8,69%
Vestuário		855.555	kg	155.433.256,11		
		8.606.377	unidade	43.690.422,24	199.123.678,35	5,27%
Videogames	Consoles	186.309	unidade	12.155.568,91		
		700	kg	124.814,43	12.280.383,34	0,33%
	Acessórios	2	unidade	127,24		
		0	kg	0,00	127,24	0,00%
<b>Total dos principais itens</b>				<b>2.560.316.946,22</b>	<b>2.560.316.946,22</b>	<b>67,78%</b>
<b>Outras mercadorias</b>				<b>1.217.132.238,11</b>	<b>1.217.132.238,11</b>	<b>32,22%</b>
<b>TOTAL</b>				<b>3.777.449.184,33</b>	<b>3.777.449.184,33</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema CTMA - Receita Federal, extraído em 16/01/2024.



## Operações em destaque

As operações da Receita Federal relacionadas aos diversos ilícitos são realizadas em todo o território aduaneiro, notadamente em portos, aeroportos, pontos de fronteiras, estradas, centros comerciais, Correios, transportadoras, depósitos clandestinos, entre outros.

As apreensões e demais penalidades decorrentes das ações da RFB buscam preservar a saúde pública, o meio ambiente, o devido pagamento de tributos, os direitos de autor, as marcas e patentes, a fauna e flora nacionais ameaçadas de extinção, o patrimônio histórico e cultural brasileiro, a hígidez do sistema financeiro, dentre outros aspectos importantes da vida nacional.

Merece destaque por sua abrangência e seus resultados expressivos no enfrentamento ao tráfico de drogas e a outros crimes transfronteiriços a **Operação Fronteira RFB**, criada pela junção dos esforços das Divisões de Repressão ao Contrabando e Descaminho responsáveis pela Região Centro Oeste e pelos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Originada da “Operação Fronteira Legal”, anteriormente restrita ao Mato Grosso do Sul, a operação se expandiu em 2023, alcançando também o estado do Paraná e superando os recordes anteriores. Em 2022, ainda sob a designação antiga, registrou-se a apreensão de R\$ 22 milhões em mercadorias e de 76 veículos.

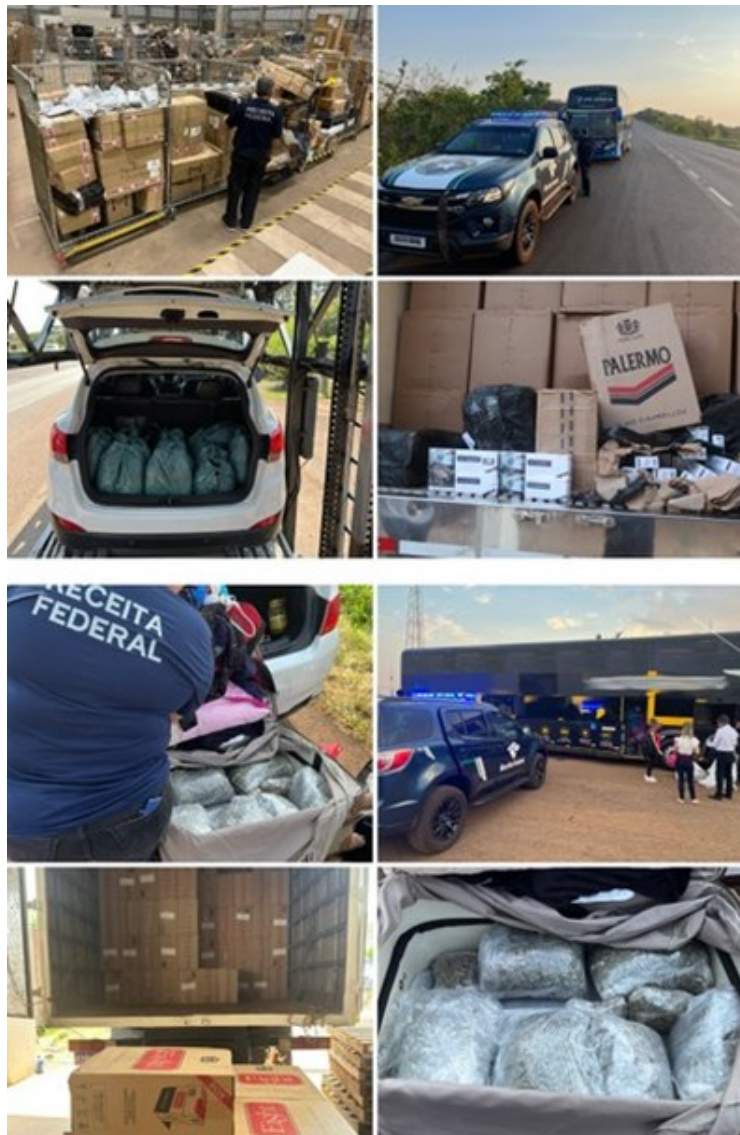
Durante a nova Operação Fronteira RFB, que teve início em 25 de setembro de 2023, após intensas ações realizadas nos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, foram apreendidos R\$ 76 milhões em mercadorias irregulares e drogas ilícitas, além de veículos. Em resumo:

- Mais de R\$ 33 milhões em mercadorias apreendidas (destaque: 150 mil caixas de cigarros);
- R\$ 43 milhões em drogas (aproximadamente 10 toneladas de maconha e 500 kg de cocaína, sendo 4 kg de cocaína preta indetectável pelo cão de faro);
- 136 veículos apreendidos;
- 47 prisões em flagrante, sendo 27 por contrabando e descaminho e 20 por tráfico de drogas ou armas;

Além da Receita Federal, participaram da operação diversas instituições de segurança pública, fiscalização e defesa, como o Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Rodoviárias Estaduais do PR e MS, Polícia Militar e Polícia Civil. As instituições atuaram em conjunto em rotas específicas provenientes do Paraguai e da Bolívia, desde Foz do Iguaçu/PR até Corumbá/MS.



Receita Federal realiza a Operação Fronteira RFB nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná.



Apreensões decorrentes da Operação Fronteira RFB nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná.

Os ilícitos que atingem os direitos de propriedade intelectual – DPI são bastante danosos ao desenvolvimento do país, provocando a concorrência desleal, a inibição dos empreendimentos legítimos e a criação de riqueza e conhecimento. A Receita Federal envida esforços para coibir este tipo de prática, resultando em apreensões vultosas no país, sendo o vestuário, os brinquedos e os receptores via satélite os tipos de mercadoria mais atingidos pela contrafação e pirataria. Para o combate a este ilícito são realizadas várias operações pela Receita Federal, tendo sido destaque em 2023 as Operações Corsários e Time de Várzea.

A Operação Corsários foi realizada no chamado “Feiraguay”, no município de Feira de Santana/BA, com foco no combate à falsificação de grandes marcas estrangeiras. Com base em mandado da Justiça de São Paulo, foram fiscalizados 200 boxes da feira, resultando na apreensão de 3,5 mil volumes de produtos irregulares, no valor de R\$ 7 milhões. Com duração de apenas 1 dia, a operação contou com 130 servidores da Receita Federal e teve o apoio do Centro de Operações Aéreas da RFB (por meio de 1 helicóptero) e, ainda, das Polícia Civil e Militar do Estado da Bahia. Foram necessários 7 caminhões-baú para o transporte das mercadorias apreendidas.



Operação Corsários: vista aérea do “Feiraguay” no momento da saída dos veículos que transportaram os servidores e mercadorias apreendidas.

Realizada em maio, na região do Brás, em São Paulo/SP, a Operação Time de Várzea teve como foco a distribuição de produtos de vestuário, calçados e acessórios contrafeitos, em especial itens esportivos. A ação contou com o apoio da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo. Foram apreendidas mercadorias valoradas em R\$ 10,8 milhões.



Operação Time de Várzea: apreensão de R\$ 10,8 milhões em produtos contrafeitos.

O combate ao tráfico de drogas e de armas é fundamental para prover segurança à sociedade brasileira. A Receita Federal atua em vários cenários no combate a estes crimes.

Merece destaque a operação integrada entre a Receita Federal, a Polícia Militar e a Polícia Federal que culminou com a apreensão de 82 armas e de 2 toneladas de maconha em Londrina/PR.

Os trabalhos tiveram início em informações coletadas pelas equipes da Alfândega da Receita Federal em Foz do Iguaçu/PR e da Delegacia da Receita Federal em Cascavel/PR. Então, a equipe de Repressão da Delegacia da Receita Federal em Londrina, em conjunto com a Polícia Federal e a Polícia Militar, conduziu a operação que levou à interceptação de um caminhão proveniente da região de Foz do Iguaçu/PR, onde foram encontrados 2.130 quilos de maconha, 75 pistolas e 7 fuzis, escondidos na carga do veículo.



Operação em Londrina/PR ocorreu em julho de 2023: o armamento e a droga estavam ocultos entre carga de carne suína.

Quanto ao combate ao tráfico de armas, devem ser ressaltadas também as diversas ações realizadas pela Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita Federal no Rio de Janeiro, que levaram à apreensão ao longo de 2023 de vários itens em transportadoras e nos Correios: pistolas, carregadores de pistola e de carabina, e carregadores de fuzil.



Armamento e acessórios apreendidos pela Receita Federal no Rio de Janeiro/RJ em operações de 2023.

Também em relação ao tráfico internacional de armas, chamou a atenção a ação realizada na Aduana da Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu/PR. A fiscalização de uma van, com placas do Paraguai, levou a uma das passageiras, de nacionalidade brasileira que tentava entrar no Brasil com oito pistolas turcas, 16 carregadores, sendo oito estendidos, afixados na sua cintura da passageira, por meio de uma cinta e fitas, escondidas sob suas vestes.



Foz do Iguaçu/PR: uma viajante brasileira levava sob suas vestes oito pistolas turcas e 16 carregadores.

Outro destaque no que se refere à apreensão de armas foi uma operação realizada em julho de 2023, em Cambé/PR, pela Receita Federal, em conjunto com a Polícia Federal e a Polícia Militar. A ação levou à interceptação de um caminhão proveniente da região de Foz do Iguaçu/PR, e culminou na apreensão de mais de duas toneladas de maconha, 75 pistolas e 7 fuzis, que estavam escondidos na carga do veículo, e ainda, resultou na prisão em flagrante do motorista. O caso foi resultado de uma investigação minuciosa iniciada pela Receita Federal, que identificou a possível atividade ilícita relacionada ao transporte de drogas e armas. Com base nessas informações, a abordagem foi realizada em conjunto com a Polícia Militar e Polícia Federal. A integração entre os três órgãos foi fundamental para o sucesso da ação.



Ação em Cambé/PR culminou na apreensão de mais de duas toneladas de maconha, 75 pistolas e 7 fuzis que estavam escondidos na carga de um caminhão.

Em agosto de 2023, foi deflagrada a Operação Hangover, em conjunto com a PF. O alvo da operação foi o depósito de uma transportadora na região da Mooca, onde foram apreendidas 197 toneladas de óculos, 9,8 toneladas de tênis e 3 toneladas de artigos de vestuário, todos contrafeitos, além de 99.460 maços de cigarros irregulares, artigos de informática diversos e, finalmente, 1 caminhão que realizava o transporte da mercadoria irregular. A valoração dos itens apreendidos ultrapassou R\$ 63,5 milhões.



Operação Hangover: ação ocorreu no Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina e desarticulou organização criminosa envolvida em negócio milionário baseado em contrabando e descaminho.

É importante destacar também a atuação da Receita Federal na fiscalização e no impedimento da exportação ilegal de flora e fauna silvestre. Neste sentido, é de se ressaltar o trabalho realizado no porto do Pecém no Ceará, que detectou uma exportação ilegal de madeira nativa classificada como Ipê, de origem Paraense e com destino ao Estados Unidos. A carga apreendida não possuía licença ambiental válida, segundo avaliação dos agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sendo proibida a exploração e exportação da espécie.



Receita Federal impede a exportação ilegal de 25 toneladas de madeira nativa.

Outra ação importante foi realizada no Estado do Pará, em operação conjunta da Receita Federal, Polícia Federal e Agência Nacional de Mineração para combater a exploração, comercialização e exportação ilegal de manganês. Foram realizadas ações de fiscalização e monitoramento em várias áreas, com foco especial nas regiões suscetíveis à exploração ilegal de manganês, com vistas a identificar e combater as operações clandestinas que ameaçam a legalidade e a sustentabilidade do setor. Como resultado, foram expedidos 15 autos de apreensão nos dois dias da operação, com 100 mil toneladas de manganês, no valor total de R\$ 50 milhões, e 1.144 toneladas de cobre, no valor total de R\$ 1,1 milhão.



Operação de combate à exploração ilegal de minerais no Porto de Vila do Conde, Barcarena/PA

Finalmente, a Receita Federal participou da Operação SISAQUE, deflagrada em fevereiro de 2023. Foi uma união de forças entre o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Receita Federal no combate à exploração e à exportação de ouro sem comprovação de origem lícita, adquirido de maneira irregular ou extraído ilegalmente de garimpos clandestinos da Região Amazônica. Esse ilícito traz prejuízos financeiros ao Erário e danos ambientais significativos, como o desmatamento de grandes áreas da Floresta Amazônica, destruição permanente de cursos d'água, contaminação do meio ambiente por mercúrio, além de afetar diretamente a população indígena e ribeirinha.



A Operação SISAQUE detectou um elaborado esquema de exploração e exportação de ouro ilegal baseado em emissões de Notas Fiscais eletrônicas (NFe) fraudulentas, adulteradas com falsidade ideológica, que, do início de 2020 até o final de 2022, resultou em um faturamento superior a R\$ 4 bilhões, correspondendo aproximadamente a 13 toneladas de ouro ilícito saindo ilegalmente das fronteiras brasileiras. O esquema ilegal envolveu 16 empresas com maior ofensividade econômica, em cinco Estados da Federação.



Operação Sisaque desvendou esquema bilionário de exploração e exportação ilegal de ouro.

Quanto a **operações internacionais**, a participação da área de vigilância e repressão aduaneiras da Receita Federal compõe de forma estratégica a atuação do órgão. No âmbito da OMA – Organização Mundial das Aduanas, destaque-se a participação na Operação STOP III (comércio eletrônico ilícito relacionado aos DPI), Operação DEMETER (combate ao tráfico de bens danosos ao meio ambiente e de lixo ilegal), Operação LUDUS III (combate à contrafação de brinquedos) e Operação THUNDER (combate ao comércio ilegal de vida selvagem). A Receita Federal participa ainda de operações internacionais sob a liderança da Interpol, a exemplo da OPERAÇÃO TRIGGER IX para o combate ao tráfico de armas de fogo. Em colaboração com o Escritório da Nações Unidas sobre Crimes e Drogas (UNODC), há trabalhos de aperfeiçoamento do combate ao tráfico de drogas e da proteção à fauna e flora.

Existem também parcerias com aduanas de outros países por meio de memorandos e acordos de cooperação, para a troca de informações e realização de treinamentos de interesse mútuo.

Por fim, no âmbito do BRICS, a Receita Federal tem participado dos esforços conjuntos dos membros para o estabelecimento de uma rede de cooperação na área de repressão aduaneira com o uso de plataformas digitais.